

6 MIL FUNCIONÁRIOS FORA DA PREVIDÊNCIA

Págs. 2



Parque 5 de Julho "invadido" por universidade desconhecida

Pág. 15



D. ARLINDO ABRE DEBATE SOBRE A ÉTICA

Págs. 17

CULTURA

Kriolidadi

ZEFERINO VENCE BATALHA DE "SODADI"

DESPORTO

Lance

SAMIRO SOARES SÓ É JULGADO EM 2008

CORREIO

Centrais

MOIA DE PEIXE EM SÃO VICENTE



APRESENTAÇÃO ELECTRÓNICA DE FACTURAS / PAGAMENTO DE SERVIÇOS

Com a GARANTIA, já pode consultar e liquidar as suas facturas nas caixas ATM,
a qualquer hora, em qualquer ponto da Rede **vinti4**



Contacte-nos!

6 mil funcionários fora da Previdência

Mais de metade dos 12.600 funcionários do Estado ainda estão fora do sistema de previdência social. Seis meses depois de o governo iniciar a inscrição de todos os trabalhadores da Função Pública no INPS, cerca de 6 mil continuam sem beneficiar da assistência médica e medicamentosa. Motivo: não descontam os 8% da taxa social única, por isso não são considerados contribuintes.



INPS enviou às farmácias apenas a lista dos contribuintes

asemana Sexta-feira, 2 de Fevereiro de 2007

Actualidade

O governo iniciou em Agosto do ano passado a inscrição de todos os funcionários públicos no sistema de previdência social, uma medida inserida na reforma da Administração Pública que vem sendo levada a cabo no país. Entretanto, dos 12.600 servidores da Função Pública (sem contar os dos institutos, câmaras municipais e serviços autónomos) apenas 5.900 beneficiam do apoio do INPS no acesso à saúde e aquisição de medicamentos. Os restantes 6.700, embora inscritos, não constam da lista de segurados que o INPS enviou às farmácias, pelo que continuam fora do sistema de previdência social.

Esta suposta “separação” de direitos está a gerar alguma confusão junto dos funcionários, muitos dos quais têm apontado o dedo ao INPS, que acusam de morosidade no tratamento do processo. Só que a falha está do lado dos próprios trabalhadores, como explica o director-geral da Contabilidade Pública. “De facto, inscrevemos todos os funcionários públicos no INPS, mas só estar inscrito não significa nada. Acontece que mais de metade dos servidores do Estado não descontam os 8% da taxa social única para poderem beneficiar da protecção social, descontam sim 2% dessa taxa. O problema é que a lei dá a possibilidade do funcionário escolher se quer ou não ser tributado para o INPS, por isso um número significativo de trabalhadores não beneficia da previdência social. Estamos, pois, num sistema contributivo em que todos têm de contribuir para

beneficiar de protecção social. E o INPS disponibiliza às farmácias apenas a lista dos contribuintes”.

Segundo Elias Monteiro, o problema está sobretudo no Ministério da Educação, que, sozinho, emprega cerca de 8 mil funcionários. “Destes, apenas 4 mil descontam os 8% da taxa social única, a outra metade não contribui. Isto é explicável pelo facto de boa parte dos professores terem contratos a termo, de curta duração. Acontece o mesmo com o Ministério da Agricultura, só que em menor escala”, afirma aquele responsável, que, entretanto, reconhece ter havido alguma deficiência na divulgação do projecto.

“Enviámos uma circular a todos os ministérios para que informassem os funcionários sobre o regime da previdência, mas se calhar essa informação não terá sido da forma mais esclarecedora. De qualquer forma, creio que a ideia está a passar, tanto que neste momento tenho em mãos vários pedidos de funcionários que querem descontar os 8% da taxa social única para poderem beneficiar de assistência médica e medicamentosa”, revela Elias Monteiro, antes de apontar o dedo aos sindicatos “por serem um dos principais culpados por esta confusão. Em vez de ajudarem a esclarecer, os sindicatos estão a confundir ainda mais os trabalhadores”.

Quanto aos muitos funcionários que no início chegaram a adquirir medicamentos nas farmácias com a comparticipação do INPS e não estão neste momento a

beneficiar deste direito, o director-geral da Contabilidade Pública diz: “Isso aconteceu porque quando iniciámos o processo, em Agosto do ano passado, fizemos um teste inscrevendo todos os funcionários, sem excepção. Na altura eram pouco mais de 11 mil. Só que em Dezembro enviámos a lista definitiva dos trabalhadores do Estado que descontam a taxa social única. E as farmácias, como já referi, têm apenas a lista nominal dos contribuintes, não a dos inscritos no INPS”.

Estado deixa de pagar pensões

Além de integrar todos os funcionários públicos no INPS (posteriormente serão os trabalhadores das Câmaras Municipais), o governo tem em vista um outro grande desafio: fazer com que os familiares dos funcionários públicos passem também a beneficiar da previdência social. A Direcção-Geral da Contabilidade Pública quer dar início a este processo agora em Fevereiro. “Estamos a trabalhar nisso. Vamos começar este mês de Fevereiro e dentro de pouco tempo pensamos ter familiares dos servidores do Estado a beneficiarem do sistema da previdência. Em princípio serão incluídos os filhos e cônjuges, mas há a possibilidade de também fazerem parte pais e ascendentes dos funcionários que vivem na sua dependência”, anuncia Elias Monteiro.

Outro projecto já em andamento é a inclusão de todos os pensionistas do Estado no INPS. “Neste momento, dos 1.600

pensionistas, 700 já recebem a sua pensão através do INPS. Os restantes continuam a receber directamente do Tesouro porque muitos deles não compareceram à prova de vida recentemente realizada, daí não estarem disponíveis os seus dados pessoais actualizados”, assegura Monteiro, para quem a intenção do executivo é deixar as pensões por conta do INPS.

Aliás, acrescenta o DG da Contabilidade Pública, desde Janeiro do ano passado que todos os funcionários públicos têm integração plena no INPS. “Estes trabalhadores que entraram na AP a partir de 2006 passam a beneficiar imediatamente da assistência médica e medicamentosa do INPS. E, o mais importante, todos estes novos servidores do Estado serão pensionistas do INPS, isto é, a sua reforma será garantida por este instituto. Para o efeito, o INPS recebe por mês 23% do salário do trabalhador, ou seja, os 8% da taxa social única descontada ao funcionário e uma comparticipação de 15% do Estado para cada trabalhador. Portanto, o Estado vai deixar de pagar pensões. Entretanto, os funcionários actuais (que entraram na AP até 31 de Dezembro de 2005) terão a sua reforma suportada pelo Estado”, avança Elias Monteiro, que justifica esta medida do governo como uma forma não só de “se harmonizar o sistema, como de proporcionar grandes ganhos futuros aos cofres do Estado – paga cerca de 1 milhão de contos por ano só em pensões”.

Hermínio Silves

O AÇOUGUE DAS SURPRESAS



JOSÉ MARIA VARELA

“
*Quem, a partir de dez
grãozinhos di terra,
inventou literalmente
uma nação e um país,
contra opiniões de
experts na matéria e
aturados estudos de
viabilidade económica,
é capaz de tudo.*

”

Há cerca de uma semana foi noticiado que a carne de burro passara a fazer parte da dieta alimentar de um número crescente de pessoas na Boa Vista, facto que tem causado alguma surpresa e preocupação à população e às autoridades da ilha. Das conversas que mantive com algumas pessoas sobre o sucedido, ficou-me a impressão de que a maior parte da nossa gente desconhece que, no passado, a carne de jumento já alimentou muitas criaturas, de forma cíclica, conforme Deus mandava a chuva ou não. Os últimos episódios de que eu tenho conhecimento, referem-se ao fatídico ano de 47. Nessa altura, o que sobrava de asnos, faltava em vacas, cabras, porcos, afora milho e feijão. Ainda por cima, em tempo de carestia, a utilidade do jerico como animal de carga é praticamente nula, com a agravante de o pasto ser tão escasso para os bichos como a alimentação para os homens.

Daí a levar aquele equídeo para dentro da panela foi um pequeno passo. Resultado: grandes quitutes, principalmente uns impressionantes chouriços de sangue, de uma grossura de fazer inveja. A festa continuou (numa determinada Achada do concelho do Tarrafal, cujo nome não vale a pena revelar aqui), ou melhor, a fome ia sendo debelada até que subiram na stribo e mataram um cachorro de estimação de Nho Tute, homem abastado e influente da vila. Aí, a tolerância em relação à prática, pouco ortodoxa, de sacrificar esses bichos viventes

terminou. As autoridades da altura deportaram os cabecilhas dessas façanhas para o Sul.

Mais tarde, já no início da década de setenta, um restaurante da capital, propriedade de um cidadão luso, fornecia um pitéu que agradava aos bolsos e ao paladar. O negócio corria de vento em popa até que a sovinice do dono deitou tudo a perder. Por altura do Natal, faltou com a promessa de presentear com uma garrafa de *whisky*, o rapaz encarregue de dar sumiço às peles dos animais (cachorros, afinal!) aí consumidos. O dito-cujo pôs a boca no trombone e o até então próspero industrial do ramo da restauração pôs-se ao fresco para longe destas ilhas.

O consumo de macaco é uma prática antiga, mais por brincadeira, para enganar os mais incautos – aqueles espertalhões convencidos de que distinguem toda a casta de carne – e a quem, depois de traçarem os mais rasgados elogios ao guisado de cabrito ou de coelho que acabaram de devorar, é então exibida a cabeça do santcho, para gargalhada geral!

O gato é outro bichano que, diz-se por aí, faz parte das iguarias apreciadas e consumidas por uma comunidade residente em Cabo Verde. Pode ser que sim, pode ser que não... Quanto ao carneiro, que comemos com prazer, faz parte da tradição alimentar dos muçulmanos e o seu sacrifício está intimamente ligado a certos rituais dessa religião.

Há alguns anos circulou a notí-

cia segundo a qual, em Santo Antão, se andava a comer lagartixa. Mas depois de uma aturada investigação levada a cabo pelo meu amigo Olímpio Varela, infelizmente sem resultados conclusivos, tenho as minhas reservas se, de facto, esses répteis chegaram a ser efectivamente consumidos. Noutras paragens, nomeadamente países nossos vizinhos, os habitantes são encorajados a comerem gafanhotos, pelo seu valor nutritivo mas fundamentalmente como forma de combater a praga desses insectos. Em Cabo Verde, deveríamos pensar no assunto... Pernas de rã, comida de gente fina, também poderia enriquecer a nossa culinária, mas a quantidade desses batráquios não deve chegar para as encomendas.

De qualquer modo, no que diz respeito à comida, o crioulo é deveras imaginativo. Basta ver a infinidade de pratos que se pode confeccionar a partir do milho. A história já demonstrou que, de facto, não temos tudo o que precisamos, mas o que falta, inventamos! Quem, a partir de dez grãozinhos di terra, inventou literalmente uma nação e um país, contra opiniões de experts na matéria e aturados estudos de viabilidade económica, é capaz de tudo. Agora, voltando à vaca fria, pode-se ou não comer carne de burro, por “desporto?” Há sessenta anos, as razões eram bem diferentes: lutar para escapar à mortandade. E o açougueiro de hoje pode surpreender os seus clientes com carne de burro que, afinal, é primo do cavalo, cuja carne é muito apreciada em quase todo o lado, inclusi por patrícios nossos.



Devagar, devagar...

Parceria especial marcha

Representantes dos governos de Cabo Verde e Portugal, mais os da Comissão Europeia reuniram-se, pela primeira vez, esta semana em Lisboa, para tratar do dossier da parceria especial entre este arquipélago e a UE. Com isso a questão do estatuto especial para Cabo Verde pode ter passado dos discursos ao domínio das acções concretas. Na Praia, apesar do mutismo oficial, a satisfação é visível.

O governo de Cabo Verde e a Comissão Europeia decidiram elaborar um programa de acção para tratar do dossier da parceria especial entre ambos. Isto aconteceu na passada terça-feira, 30, em Lisboa, durante uma reunião de trabalho, “mediado” pela diplomacia portuguesa, em que Praia se fez representar por uma vasta equipa de diplomatas liderada pelo embaixador em Portugal, Arnaldo Andrade. A delegação da UE tinha à frente o director Manuel Lopes Blanco, enquanto a portuguesa foi chefiada pelo director-geral dos Assuntos Europeus, Nuno Brito.

Antes da reunião, diga-se ainda, a delegação cabo-verdiana fora recebida pelo secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus de Portugal, Manuel Lobo Antunes.

Sobre o que versou a reunião de Lisboa pouco ou nada transpirou, além das declarações oficiais de Arnaldo Andrade, salientando este que o referido encontro constitui “um primeiro passo concreto” para a parceria especial entre Praia e Bruxelas. “Pela primeira vez avançámos algo em concreto, para além das declarações. Foi uma reunião importante. A partir de agora, será desenhado um plano de acção que terá de ser submetido à aprovação da UE”, explicou o embaixador cabo-verdiano, em declarações à RCV.

A notícia deste primeiro encontro, ao que este jornal apurou, encheu naturalmente o balão dos meios políticos e diplomáticos cabo-verdianos, para quem

o dossier da parceria especial sai, a partir de agora, o domínio das declarações políticas ou das boas intenções para entrar no mundo do concreto, isto é, no campo das negociações. Abordado por **A Semana**, um dos participantes da reunião de Lisboa não escondeu a sua satisfação e, sob anonimato afirmou, avançou mesmo: “A reunião foi excelente, não podia ser melhor”.

Definido o “programa de acção para a parceria especial” entre Praia e Bruxelas, este documento contempla, depreende-se, os pontos em que se irá basear um potencial acordo final, algo que pode, contudo, levar o seu tempo.

Aliás, diplomatas mais cautelosos têm alertado para a necessidade de não se criar demasiadas expectativas junto da opinião pública cabo-verdiana, levando-a a pensar que o acordo de parceria é já para amanhã. A dificuldade encontrada por este jornal na recolha de dados sobre a reunião de Lisboa fala por si. “Cabo Verde já demonstrou que pode ser útil à UE, e os responsáveis europeus já compreenderam isso, mas nada nos autoriza a pensar que o assunto se resolve com uma ou duas reuniões”, adverte uma fonte. Esta não deixa, porém, de reconhecer que a reunião de Lisboa “é um importante passo” para a pretensão cabo-verdiana, já que, pela primeira vez, “há um compromisso, preto no branco, para negociação deste dossier”.

A cautela ou a reserva cabo-verdiana tem, segundo se depreende, a ver com a

complexidade que as futuras negociações poderão implicar. Não se pode perder de vista o aumento recente do número de países que passou a integrar a UE, agora 27, com a Turquia à espera da sua vez, o que implica outras prioridades e preocupações por parte de Bruxelas.

Neste projecto, Cabo Verde conta fundamentalmente com os apoios de Portugal, Espanha e Luxemburgo. Aliás, este encontro de Lisboa aconteceu precisamente sob os auspícios do ministério português dos Negócios Estrangeiros. “Portugal tem assumido um compromisso político claro no apoio às opções estratégicas de Cabo Verde”, lê-se numa nota inserta no portal do governo de José Sócrates.

O mesmo site refere que a reunião de terça-feira foi presidida pelo director-geral dos Assuntos Europeus de Portugal, Nuno Brito, e contou com a presença da embaixadora portuguesa na Praia, Graça Andresen Guimarães. Da parte de Cabo Verde, participaram o embaixador em Lisboa, Arnaldo Andrade, Fernando Wahnnon (embaixador em Bruxelas), José Luís Rocha (director de Assuntos Políticos do MNECC), e ainda elementos dos gabinetes do primeiro-ministro e do ministro dos Negócios Estrangeiros. Do lado da Comissão Europeia, apenas se diz que a delegação foi chefiada pelo director Manuel Lopes Blanco.

Esta reunião aconteceu também depois de o eurodeputado português José

Ribeiro e Castro, líder do CDS/PP, ter dado a conhecer há cerca de um mês o teor de uma correspondência por ele trocada com o comissário europeu para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária, Louis Michel, acerca da parceria entre Cabo Verde e UE na qual manifesta o seu apoio a essa causa.

Da sua parte, Louis Michel reconhece, pela primeira vez, num documento oficial da UE, que se está “a trabalhar no espírito de construir a desejada ‘Parceria Especial’ com Cabo Verde”. Michel precisa, ainda, que se irá perseguir uma “cooperação reforçada”, designadamente, “em sectores prioritários como a segurança e as relações com os territórios ultraperiféricos da União Europeia”, cujas “modalidades práticas” serão definidas “nos próximos meses”.

Recorde-se por fim que o Parlamento Europeu aprovou há um ano uma resolução onde, por iniciativa também do eurodeputado Ribeiro e Castro e de outros colegas portugueses (entre eles Ana Gomes, do PS), constam, entre outros pontos, a possibilidade de ilhas situadas no Oceano Atlântico (é o caso de Cabo Verde), vizinhas a regiões insulares da União Europeia ultraperiféricas (Açores, Madeira e Canárias) poderem manter relações especiais entre si. É neste quadro, aliás, que têm decorrido várias iniciativas, especialmente a nível do poder local. Enfim, como dizem os italianos, “piano piano si va lontano”, devagar, devagar, se vai ao longe.

JVL



O PAICV no Sal retomou ontem a denúncia de que um vereador municipal aproveitou a ausência no estrangeiro do edil Jorge Figueiredo para comprar dois lotes de terreno e de seguida especular com eles. Aquele partido exige uma explicação pública de Figueiredo neste imbróglio que tem sido muito comentado entre os moradores da ilha. Figueiredo prometeu para hoje a reacção da Câmara, e não dele, sobre o caso.

PAICV exige esclarecimentos sobre venda ilegal de terrenos no Sal

O Sector do PAICV do Sal e a sua bancada na Assembleia Municipal local dizem-se indignados com o alegado caso de apropriação indevida de terrenos por parte do vereador e exigem uma explicação sobre este caso que consideram de *"extrema gravidade"*.

Na voz do seu líder local, Francisco Tomar, o PAICV acusa o vereador em causa de se ter aproveitado da ausência do presidente da CMS, que se encontrava fora do país por razões de saúde, para *"em conluio com o seu substituto, se atribuir dois lotes de terreno em Santa Maria, na praia António de Sousa, medindo cada um 500 metros quadrados", ou seja, "mil metros quadrados no total"*.

O PAICV considera *"mais grave"* se não tiver havido *"conluio"*, pois, sendo assim, *"o vereador ter-se-á atribuído os terrenos, o que é considerado crime por lei"*. Isto, acrescenta Tomar, *"para fins pessoais pouco claros e sem nenhuma óptica de investimento"*, ainda por cima numa *"zona destinada a investimentos,*

em primeira linha".

A agravar a situação, o partido tambarina viria a descobrir que esse vereador, cujo nome preferiu não avançar, teria ainda concertado com algum possível comprador a venda dos terrenos no valor de 25 mil contos cada. Um acto que se configura como sendo de especulação e, por isso, *"um crime punível pela lei cabo-verdiana"*, sublinha Francisco Tomar, *"pois que esse valor equivale à multiplicação por 20 do valor tabelado"*. A isso soma-se o facto de o presumível infractor ter adquirido os terrenos por um valor inferior ao preço tabelado, 3 mil escudos por lote, *"lesando o município e os cidadãos em mais de 750 mil escudos"*.

Recorda ainda o PAICV que, pelas informações de que dispõe, o vereador em questão só foi registar os lotes no dia a seguir àquele em que a bancada tambarina na AM denunciou o caso. Mais, comenta Tomar, ter dado entrada dos papéis para o registo da posse, quer dizer que o vereador em causa *"pretensamente está*

legitimado para o fazer".

Perante este facto que considera ser grave, o PAICV estranha que o presidente da Câmara, Jorge Figueiredo, não se ter até hoje demarcado publicamente *"de tais atropelos à boa ética administrativa e à gestão da coisa pública"*. Aquele partido apela, entretanto, a quem de direito, ou seja, o Ministério Público e o Governo, que *"investigue esses actos pouco ortodoxos da equipa municipal e tome as medidas que se impõem"*.

A Semana procurou ter uma reacção do presidente da CMS, que, através de um colaborador, prometeu para hoje, sexta, uma reacção pública da Câmara Municipal do Sal, e não dele, Jorge Figueiredo, sobre o caso. Para o efeito, Figueiredo e os seus colaboradores estiveram reunidos ontem à tarde ao que se presume para, precisamente, alinhar a referida posição.

KS

OBSTINAÇÃO VERSUS PERSISTÊNCIA



ANTÓNIO NEVES

Opinião
Sexta-feira, 2 de Fevereiro de 2007

“
Que pergaminhos
seriam atribuídos
ao 13 de Janeiro
se o MpD tivesse
perdido as
eleições?
”

Acaba de perfazer dezasseis anos que alguns (antigos) dirigentes do MpD (um pequeno grupo que pretende, forçosamente, deixar um marco especial na história deste país) têm vindo a desenvolver uma luta titânica, não só para fazer registar o 13 de Janeiro de 1991 como uma data histórica, transformá-la em algo de primeira grandeza nos anais de Cabo Verde, como, também equipará-la (é quase uma heresia!), de uma forma doentia, ao 5 de Julho de 1975. Ano após ano, aumentam a agitação à volta do dia em que, havendo tido lugar as primeiras eleições pluralistas em Cabo Verde, disputadas entre o PAICV e o MpD, esse Movimento, que na altura tinha menos de um ano de existência, ganhara as eleições.

É habitual dizer-se que, em certas circunstâncias, a perseverança pode ser a “*mãe das virtudes*”. Na parte que me toca, também acredito que assim seja especialmente quando a insistência leva à consecução de algo que mereça o esforço que para tal se faz. Mas se, pelo contrário, ela tiver como objectivo impingir aos outros alguma coisa que não vale o dispêndio do esforço gasto, ou se for apenas uma manobra para fazer sobressair um marco cuja relevância nem sequer reúne o consenso nacional, julgo que a obstinação poderá, a curto prazo, revelar-se uma inútil farsa. Antes do mais, convém lembrar que, no caso em apreço, as primeiras vozes discordantes sobre a denominação atribuída ao 13 de Janeiro vieram do seio do próprio grupo dos “*obstinados*”.

Já tive ocasião de me debruçar, salvo erro mais do que uma vez, sobre esse imbróglio (sabem que não passa disso mesmo!). Contudo, dada a cada vez maior obstinação do MpD (insistência gera persistência), eis-me novamente a incidir sobre o mesmo, correndo o risco de ser repetitivo. Não por se tratar de um caso de “*vida-ou-morte*”, não tem essa dignidade, mas porque penso que o modo frenético, enganador, como esse partido anda a querer, nesse particular, vender “*gato por lebre*” à Sociedade inteira, empresta às denominações atribuídas a essa data um cariz extremamente duvidoso (é o termo que melhor se adapta à situação!), que não se pode deixar de questionar.

Para certos artistas do “*moinho-de-vento*”, o 13 de Janeiro de 1991 é dia da liberdade e da democracia porque, segundo diz Jorge Carlos Fonseca, cito: “*O 13 de Janeiro representa uma espécie de cumprimento da outra face daquilo que representou o 5 de Julho, data da independência nacional*”. Mas vai acrescentando, como quem não quer a coisa, que: “*Evidentemente, a comemoração podia ser numa outra data, podia ser na data da entrada em vigor da Constituição de 1992*”. Mas não diz que podia ser na data que reúne maior consenso que é, como se sabe, o 19 de Fevereiro, dia da abertura política. É que esta última data, como obra do PAICV, nunca poderia servir os óbvios e duvidosos propósitos do MpD.

Existem aspectos dessa estória toda que são deveras “*interessantes*”: Jorge

Carlos Fonseca, que é Combatente da Liberdade da Pátria, condecorado pelo Decreto-Presidencial nº8/2005, B.O. Nº 28 - I Série de 11/07/2005, não estará a confundir a liberdade conseguida, indiscutivelmente, a 5 de Julho de 1975, com a luta subversiva para derrubar o partido único? Aliás, é o próprio JCF que diz, na entrevista que estou a citar, o seguinte: “*Como se sabe eu andei em espaços subversivos pela luta contra o partido único. Fiz parte daquilo a que se veio a chamar grupo fraccionista ou trotskista*”. É óbvio que, segundo o PAICV fez contar na altura, isso só aconteceu quando esse grupo, de que fala JCF, viu esgotadas as hipóteses de atingir os objectivos de fazer o regime enveredar-se por atalhos não aconselháveis pelo nosso povo.

Entretanto, uma boa parte da nossa sociedade é da opinião de que o MpD anda a cobrir o 13 de Janeiro de floreados apenas porque teve a “*sorte*” de vencer as eleições para as quais concorreu pela primeira vez. Sorte, entre outras, porque essa “*bendita*” vitória parece ser responsável pelos percalços que aconteceram aos ventoinhas. De facto, o ter sido catapultado ao Poder poucos meses depois da sua atribulada fundação gerou no ânimo dos fundadores um enorme burburinho, originado pela confusão de uma autoridade que julgaram sem limite, esquecendo-se de que o país já vivia num regime democrático, onde cada partido é apenas parte e nunca um todo absoluto, como passou o MpD a agir.

Sentindo-se mais que absolutistas, devido aos resultados que alcançaram nas primeiras eleições pluralistas realizadas a 13 de Janeiro de 1991, os ventoinhas “*perderam a cabeça*”. Assumiram-se como dono e senhores de tudo, até da própria verdade, razão por que substituíram essa data a seu bel-prazer. Não foi por acaso que Carlos Veiga aproveitou a última Convenção do seu partido, ocorrida em Outubro de 2006, para, num autêntico acto de contrição, retractar-se, e bem, com o seguinte mea-culpa: “*porque nos dividimos, frequentemente por motivos fúteis e não essenciais (...) mudámos muito o nosso comportamento, tornando-nos arrogantes, fechados à sociedade, à tolerância, à diferença, ao consenso e ao reconhecimento de erros próprios*”.

Uma pergunta que anda na boca da maioria dos cabo-verdianos é a seguinte: Que pergaminhos seriam atribuídos ao 13 de Janeiro se o MpD tivesse perdido as eleições? O equívoco (porque é disso que se trata) foi lançado de forma sorrateira, mas à medida que o tempo passa os urdidores vão exigindo, em crescendo, que aquela data seja equiparada e comemorada do mesmo modo que o Dia da Independência Nacional. Isso foi sugerido já no ano passado, e repetiu-se agora nas comemorações do XVI aniversário do 13 de Janeiro, ao exigirem que os órgãos da soberania tratem essa data com a mesma dignidade que o 5 de Julho! Quanto a mim, ao contrário do que a tal coluna “*SOBE*” tenta fazer passar, nem Pedro Pires, JMN ou Aristides Lima foram eleitos para acatar “*a autoridade de Jorge Carlos Fonseca*” nessa maté-

ria.

Mas, pergunta-se ainda: porquê insistir em denominar o 13 de Janeiro como dia da democracia, se foi um acto em si democrático que gerou essa data, e não o contrário? Não foi a abertura política e a revisão da Constituição então vigente (Cabo Verde foi durante 15 anos dirigido por um único partido, mas era regido por uma Constituição do regime!) que tornaram propícia a queda do artº 4º e a consequente criação de condições para a instituição de um regime pluripartidário? Não foi isso que deu origem às disputadíssimas campanhas eleitorais para as primeiras eleições pluralistas de 13 de Janeiro? E porquê dia da liberdade, se a libertação de Cabo Verde e do nosso povo culminara a 5 de Julho 1975, com a proclamação da Independência Nacional? Que é que os “*obstinados*”, querem, verdadeiramente, com a “*roupagem*” que pretendem vestir essa data? É verdade que alguns não são combatentes da liberdade da pátria, mas não creio ser essa a razão. Ou será?

Infelizmente, até mesmo no seio do PAICV, há alguma tendência em dar de barato certas teorias que partem do núcleo duro do MpD, sabendo-se, claramente, que não é assim que as coisas se passaram! Se o MpD tivesse sido derrotado naquelas eleições, seria essa data instituída, oficialmente, como o dia do primeiro desaire eleitoral do MpD, ou este então recém-nascido Movimento seria considerado um nado-morto? E quem decretaria isso? O PAICV que ganharia as eleições, ou Carlos Veiga e os seus homens, então na oposição?

O MpD vencera as eleições naquela data, assumiu a governação e achou por bem instituir a data da sua primeira vitória eleitoral como feriado nacional. É bom e agradável, porque, seja como for, trata-se de mais um dia de descanso e de lazer registado no calendário, para os que trabalham arduamente para o desenvolvimento deste país. Outra coisa bem diferente é querer, à viva força, estabelecer paralelos entre os pergaminhos (que nunca reuniram consenso nacional) atribuídos a essa data, com a consensualíssima e sagrada data da independência nacional no seio da Nação Cabo-verdiana.

Foi a 5 de Julho de 1975 que o País se libertou das garras da dominação (o verdadeiro Dia da Liberdade), razão para não ter paralelo com nenhuma outra, e muito menos com o dia em que apenas foram realizadas as primeiras eleições plurais, e que hoje segue o seu curso natural neste País irreversivelmente democrático.

Não resisto à tentação de transcrever o seguinte pequeno extracto do meu artigo “*Datas Históricas e Datas de Estórias*”, publicado neste semanário em 04/02/05, e que está inserto no meu livro “*DO FACTO À OPINIÃO*”: “*Quando o desejo putativo de se ficar na História deixa evidenciar, de forma expressa ou subtil, de que agora é a nossa vez, os nomes dos que assim agem acabam certamente por fazer parte de estórias gravadas a letras de barro!*”

MEDITANDO SOBRE UMA NUVEM DE POEIRA



RUI ARAÚJO

Quem escolhe o caminho da verdade, da ética e da seriedade não deve contar com vida fácil. Seguirá firme, mas por veredas íngremes e estreitas, com a Consciência – parcela de Deus que em nós todos existe – a indicar-lhe o norte em cada momento, ou a censurar-lhe os desvios.

A mentira é fácil e caminha por estradas largas asfaltadas, servindo-se do espectáculo, do marketing, dos *lobbies*, das fraquezas humanas e, acima de tudo, de um esforço íngente para encobrir a verdade com um manto negro, pois, de tão cristalina, clara e simples, esta logo convence a quem detenha o mínimo de bom senso.

Certos órgãos de comunicação social vêm referindo-se à chamada crise na IFH, sociedade anónima, avançando graves juízos condenatórios do presidente do Conselho de Administração (PCA), enquanto silenciam os factos reais e relevantes.

Traz-me à presença do leitor o propósito de passar breves “*pinçeladas*” pelo cenário que se desenrolou aos olhos de todos na comunicação social, meditando sobre a espessa nuvem de poeira que encobre a verdade.

O primeiro ataque vindo a público foi do escritor e jurista Germano Almeida, que, num artigo em que trata da revisão constitucional, critica “*en passant*” o Estado por não tomar medidas contra o despotismo na IFH, acusando o PCA de tratamento indevido dos bens públicos e conotando-o com “*pequenos poderes*” dentro do PAICV.

Tão grave acusação aparece na sequência de sanção disciplinar aplicada a parente próxima, o que aconselharia um texto fundamentado em algum facto expresso...

Algum tempo depois, é aprovado pelos órgãos sociais da empresa um *Regulamento de Controlo de Pontualidade e Assiduidade dos Trabalhadores* e, como reacção, explodem duas “*bombas*”:

A primeira, em Junho de 2006: sai na imprensa *online* o texto de um furioso abaixo-assinado de oito trabalhadores (entre o total de 33 da empresa), dirigido à representante do Estado na Assembleia-Geral, com conhecimento a diversas entidades estatais (mas não ao próprio Conselho de Administração), em que, para além de se apresentar a situação (financeira e não só) da IFH como sendo a de “*um barco à deriva*” ... “*ameaçando afundar em qualquer momento*”, acusa-se o PCA de agir como um déspota, aterrorizando os trabalhadores (o documento não explicita como), de praticar ilegalidades e desvios (não cita as ilegalidades, nem explicita se são desvios de valores ou bens).

O documento refere ainda que “*não conhecemos nenhum dos instrumentos de gestão, normais em qualquer empresa*” (porém, mais à frente refere-se ao dito *Regulamento de Controlo de Pontualidade e Assiduidade dos Trabalhadores* para o acusar de ser “*rigorosíssimo*”).

Perante essa carta a própria IFH pede ao Governo um inquérito para apuramento da veracidade das acusações. O PCA fornece então aos inquiridores todos os documentos por eles solicitados, nomeadamente todos os instrumentos de gestão normais em qualquer empresa: PCCS, orçamentos, planos e relatórios anuais de actividade, regulamentos diversos – de subsídios de férias e de Natal, de venda de casas aos trabalhadores, etc. -, tudo aprovado durante a sua gestão.

Poucos gestores do país terão tantos instrumentos aprovados para uma gestão objectiva e rigorosa, em tão pouco tempo!

No inquérito os trabalhadores “*engolem*” a acusação de desvio, dizendo que não era sua intenção fazê-la e os inquiridores não encontram qualquer

sinal de desvio, ilegalidades, desmandos ou prepotências – acabando o relatório por aconselhar a instauração de processos disciplinares.

Era ou não legítimo o processo disciplinar? O Dr. Geraldo Almeida considera que não, com o argumento de que os trabalhadores usaram da sua liberdade de expressão, como cidadãos. A comunicação social ataca virulentamente nesse sentido, carregando com falsidades e difamações diversas.

Entendo que o processo disciplinar seria um imperativo ético e de gestão, em qualquer empresa séria. O trabalhador é sempre um cidadão. Quando a lei lhe impõe deveres laborais, sabe que está a impô-los a um cidadão, pelo que este não pode invocar os seus direitos de cidadania para violar aqueles deveres.

Mal andaríamos todos se o militar (que é um cidadão), pudesse invocar seus direitos de cidadania para criticar livremente (nem falemos já de acusações), na comunicação social tudo o que oficialmente se disse no quartel, desprezando o dever de sigilo militar em nome da liberdade de expressão.

Seria oiro sobre azul – e o paraíso da irresponsabilidade e da corrupção – que o gestor, perante uma acusação séria e fundamentada, pudesse esquivar-se a qualquer inquérito e “*agraciar*” o acusador com um perdão. A acusação iria *morrendo* como manchete de jornal, até ao esquecimento.

O abaixo-assinado nos termos referidos – não só prejudicando a imagem comercial da empresa como difamando a sua direcção – constituía sem dúvida infracção disciplinar. Assim seria, mesmo se o texto acusatório fosse dirigido ao próprio Conselho de Administração e só a ele.

Na nota de culpa, o instrutor do processo disciplinar – o advogado Dr Manuel Miranda – considera o comportamento dos arguidos punível, em princípio, com despedimento e convida-os a apresentarem a sua defesa, como é de lei, antes de elaborar qualquer proposta ao PCA.

Mas em notícia televisiva de grande alarido é veiculada a ideia falsa de ter havido já proposta de despedimento ao PCA, ou mesmo de ser intenção deste despedir os trabalhadores. E tenta-se revoltar a opinião pública contra o PCA, com a mensagem de que o processo disciplinar foi represália contra uma greve.

É quase uma injúria ao ilustre advogado instrutor do processo insinuar que ele pudesse aceitar tal trabalho, sabendo ele, como bem sabe, ser a greve um direito laboral.

Expresso das Ilhas, com apoio de advogados enrincheirados, mergulha sorrateiramente na mentira, arrasando a ética na ambiguidade de expressão de haver um gabinete jurídico a receber valores indecentes com o processo disciplinar.

Tomara que neste país todos os trabalhadores – técnicos ou não- tivessem um jurista independente e não um funcionário subalterno do chefe a instruí-los o processo disciplinar. Tomara que todos tivessem tantos advogados a defender-lhes a causa em praça pública, consistindo o fundamental da defesa numa luta para a demissão da entidade decisora e em grosseiras agressões contra o instrutor do processo.

Tomara! Mas para o comum dos trabalhadores o processo disciplinar continuará a ser um acto normal de justiça laboral, sobre o qual apenas aos tribunais cabe pronunciar. Pagar a um advogado para a defesa é que... nem sempre o salário dá.

Pouco depois do abaixo-assinado, eclodiu a outra “*bomba*” em reacção ao tal Regulamento Disciplinar: manifestação e greve dos trabalhadores, patrocinadas pelo SISCAP, onde, a crescer às acusações

anteriores, aparece uma nova, de natureza salarial, para dar aparência de justificação à greve.

Porém, prontamente o PCA respondeu com informações públicas esclarecedoras, mostrando, com números, que esses técnicos tinham um bom salário a nível nacional e tinham auferido nos últimos quatro anos de aumentos de vencimentos superiores aos de quase todos os técnicos do país.

Pelos vistos, pouca gente terá dado grande crédito a tais reivindicações, que nem sequer terão vencido os próprios grevistas, os quais rapidamente as foram abandonando e substituindo por outra: a situação moribunda da empresa, sem quaisquer obras desde 2002.

Mas o PCA vem a público mostrar que tudo não passa de reacção contra o tal “*rigorosíssimo*” regulamento disciplinar aprovado, e cita uma série de obras iniciadas depois de 2002 e já concluídas. Mais: afirma que o IFH praticamente não tem dívidas e tem um parque de terrenos adquirido maior que qualquer outra empresa nacional, celebrou vinte escrituras públicas de compra de terrenos desde 2002 e fez o maior investimento de sempre em obras no ano de 2003. Explica, outrossim, que havia razões de estratégia de gestão para algum abrandamento de obras desde há algum tempo atrás, havendo já, entretanto, grandes projectos em carteira.

Transferem-se então as reclamações para o PCCS da empresa, com o dirigente sindical Julião Varela a acusar desnorteado o PCA pelo teor desse documento. Mas cala-se depois sobre esse ponto quando o PCA exhibe na televisão o PCCS com a assinatura do próprio Julião Varela.

Face à firmeza e objectividade da reacção do PCA, só restava um caminho: pedir directamente “*a cabeça*” deste, por má gestão, por despotismo, etc... E creio que nesse afã se empenharam potentes *lobbies*, de irrecusável audiência política, quicá com a tarefa facilitada por certas conveniências já que ... promessa é promessa.

Um facto insólito merece meditação, para que tenhamos um mínimo de consenso na sociedade: que um sindicato exija mudanças de gestão numa empresa.

De minha parte julgo saber que os sindicatos não têm a ver com a gestão das empresas e só aos respectivos donos (ainda que o dono seja o Estado) cabe decidir a quem atribuir aquela.

Imagino o leitor intrigado e incrédulo com tanta evidência dos factos. “*Uhmmm...! Não será coisa de irmão?*”. Respondo que haverá talvez paixão nos juízos, face à baixeza anti-ética de certas agressões que me atingem. Mas há exactidão na reconstrução dos factos que se desenrolaram aos olhos de todos.

Digo mais: quem tiver uma empresa qualquer, ou for gestor de coisa pública, experimente estabelecer um regulamento disciplinar para ver o que acontece: no dia seguinte ouvirá a circular que é ditador, incompetente, pedófilo, impotente, aldrabão, homem de intempéries, produtos, maus pensamentos e violência doméstica. E oficialmente assim será: dias contados.

Mas suavizemos isto: a única novidade no caso é a nova postura sindical e oficial, em sintonia com esta modernidade. A malta de Mindelo – sempre pronta a gozar – já diz que tudo acontece porque os astros estão na convergência do Saturno, em que a Terra faz amor com o Caranguejo, sem camisinha.

MpD adia eleições regionais em São Vicente



asemana Sexta-feira, 2 de Fevereiro de 2007

Os órgãos nacionais do Movimento para a Democracia decidiram marcar, para 4 de Março próximo, novas eleições nas estruturas regionais de São Vicente. Tudo por causa da candidatura encabeçada por Manuel Fernandes, que protestou contra o cronograma apresentado pela coordenação concelhia – que tinha programado o escrutínio para 27 de Janeiro último – por considerá-lo contrário ao estabelecido no estatuto e regimento eleitoral do MpD.

Manuel Fernandes, dirigindo-se aos militantes ventoinhas, comunica-lhes que o presidente Jorge Santos reuniu-se com a candidatura da estrutura de São Vicente, informando da nova data das eleições para a Comissão Política Regional que estavam marcadas para 27 de Janeiro. “Para o presidente do partido, esse adiamento deve-se ao facto de o cronograma eleitoral e a nomeação do delegado às eleições – fornecidos pelo coordenador Regional de S. Vicente – não terem base estatutária e regimental”. Daí “os órgãos superiores do partido entenderem ser nulos e de nenhum efeito” tais actos.

Este jornal apurou que, por isso, o Conselho Nacional de Jurisdição e Fiscalização deliberou marcar para 4 de Março próximo as eleições em S. Vicente. A mesma data deverá ser escolhida para o acto eleitoral nas restantes estruturas regionais onde o escrutínio está ainda por acontecer, devendo a apresentação das candidaturas para os diferentes órgãos ter lugar até 12 de Fevereiro.

O coordenador concelhio, João Santos, explica que a escolha de 27 de Janeiro para a eleição dos órgãos regionais do partido em S. Vicente foi feita com base num acordo prévio conseguido entre as duas candidaturas concorrentes, uma liderada por Augusto César Neves e a outra por Manuel Fernandes. “São Vicente é um caso especial, porque tem o seu caderno eleitoral actualizado e homologado e o seu coordenador encontra-se numa situação demissionária há mais de um ano. Foi por isso que se marcou, com urgência, tais eleições. Só que a candidatura de Manuel Fernandes veio, depois, contestar o cronograma proposto para essas eleições, apesar do acordo

inicialmente conseguido”, refere João Santos.

Ultrapassada a polémica, Manuel Fernandes salienta ter Jorge Santos reconhecido, aquando da sua recente visita ao Mindelo, a força desta candidatura local, embora tenha pedido a todos os seus apoiantes que lutem pela consolidação da democracia em S. Vicente, através duma estrutura política interveniente, séria e solidária. “O presidente solicitou à candidatura que redobre a sua energia com vista aos grandes embates políticos que o MpD terá que travar e vencer em São Vicente, a começar pelo reforço da Assembleia e Câmara municipais. Neste quadro, a candidatura ‘Para um MpD Dinâmico’ pede aos seus apoiantes que acatem também essa orientação superior, sendo certo que agindo desta forma estamos a construir um MpD dinâmico, coeso e forte para ganhar as próximas eleições autárquicas, suportando a nossa candidata à presidência da Câmara, Isaura Gomes”, conclui o adversário de Augusto César Neves.

ADP

Relações azedas entre “S. Pedro” e CMSV

Caiu uma carga de sal no relacionamento institucional entre a Associação dos Pescadores de São Pedro e a Câmara Municipal de São Vicente. Celestino Oliveira, responsável da associação, acusa a edil Isaura Gomes de estar a ignorar as iniciativas promovidas pela referida associação a favor dessa comunidade piscatória, preferindo antes lançar projectos similares mas com “*impacto duvidoso*” nas pretensões dos habitantes.

O caldo entornou após o lançamento, pela edilidade mindelense, da primeira pedra da Casa do Pescador e a “*inauguração*” da placa desportiva de São Pedro, actividades enquadradas no dia do município de São Vicente. Segundo Oliveira, a Câmara, que se limitou a mudar o piso da placa desportiva, “*reinaugurou*” a obra que já existia desde o ano 2000. Isto quando, segundo as suas palavras, a edilidade sabia de um projecto – participado pela Direcção-Geral do Desporto –, que ia melhorar a placa, construir banheiros, bancadas e um espaço administrativo.

“*Já tivemos encontros com a senhora presidente, ela disse que a Câmara estava na disponibilidade de trabalhar com as associações comunitárias, mas isso não acontece na prática*”, afirma Celestino Oliveira, para quem a edilidade tem ignorado o papel da associação representativa de S. Pedro.

Outro aspecto contestado por Oliveira foi o lançamento da primeira pedra para a edificação da Casa do Pescador. Oliveira estranhou essa iniciativa da Câmara pois, como explica, essa entidade sabia do interesse da associação de S. Pedro em estabelecer essa “Casa”



“S. Pedro” e Câmara de costas voltadas

no antigo edifício da Scapa, que está fechado há vinte anos. Oliveira garante que o governo já tinha disponibilizado o espaço para o funcionamento da Casa do Pescador por um período de cinco anos.

“*A nossa expectativa é que iríamos trabalhar em parceria com esta Câmara mas, pelos vistos, tal desígnio será muito difícil enquanto formos ignorados*”, comenta Oliveira, que reconhece haver, neste momento, um relacionamento mesmo nada bom com a edilidade de São Vicente.

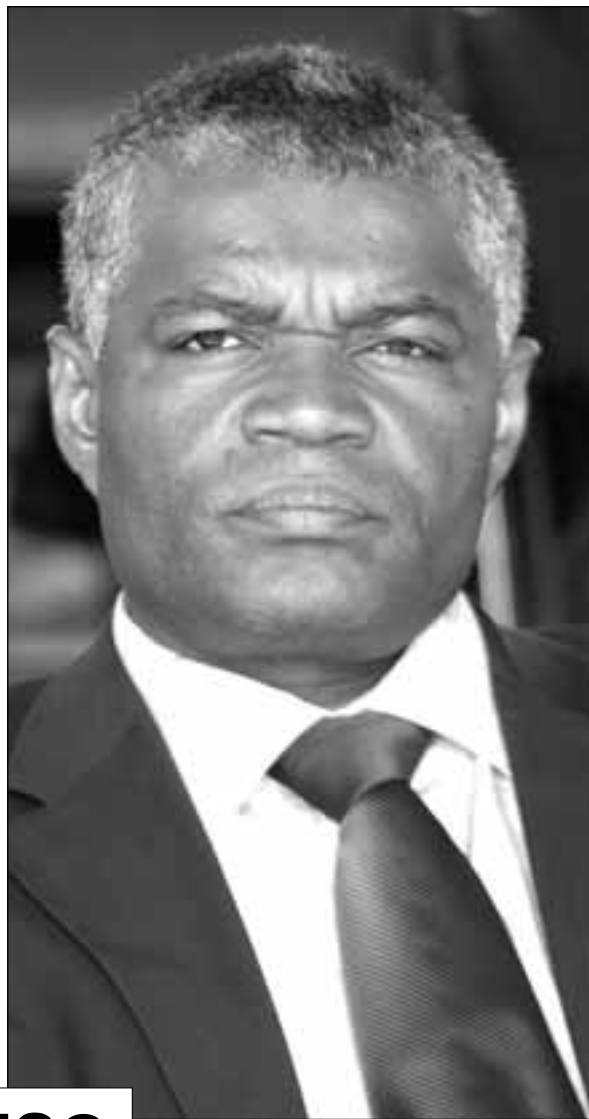
Abordada sobre esta polémica, Isaura Gomes ad-

mite o direito de contestação que assiste ao cidadão Celestino Oliveira mas lembra que a Câmara tem poderes e recursos para preparar os seus projectos e implementá-los onde achar mais conveniente. Isaura Gomes fez estas curtas declarações minutos depois de ter recebido a visita do director da Cadeia da Ribeirinha, com quem discutiu aspectos diversos relacionados com a questão da saúde dos presos, a reinserção social, a venda dos produtos artesanais dos reclusos e a realocação da pocilga dessa cadeia central.

KzB



José Maria Neves e Jorge Santos voltaram a reunir-se esta semana, para colocar mais pedra na “construção de consensos” em torno de questões centrais da vida do país. Código Eleitoral é o primeiro teste desta nova forma de relacionamento entre o governo e a oposição, estando agora a bola no lado do parlamento. Na próxima semana, a comissão paritária parlamentar encabeçada por Rui Semedo (PAICV) e Ulisses Correia e Silva (MpD) começa a trabalhar com vista a alguns acordos de regime.



EM BUSCA DO CONSENSO

PAICV e MpD arregaçam mangas

A busca de consenso entre o PAICV e o MpD conheceu esta semana mais um desenvolvimento, com a reunião de trabalho entre José Maria Neves e Jorge Santos, na segunda-feira, 30. Sobre a mesa os dois líderes puseram a problemática eleitoral, abrindo assim caminho para uma revisão do Código Eleitoral.

Este é, como é sabido, um dos pontos que tem dividido as duas principais forças políticas desde, pelo menos, 1999, altura em que Cabo Verde passou a ter um CE. Longe de sanar os problemas, as sucessivas revisões deste instrumento eleitoral que foram tendo lugar como que acentuaram, ainda mais, o fosso entre o PAICV e o MpD, com alguma inversão de papéis pelo meio. Isto é, antes era o MpD a defender certas “virtualidades” desse diploma e hoje é o contrário.

Ao dar conta à imprensa do seu encontro com o chefe do governo, o presidente do MpD salientou que o sistema em vigor “é caracterizado por uma inadequada administração eleitoral, onde temos uma Comissão Nacional de Eleições sem poderes, sem meios e sem possibilidades de fazer uma gestão adequada dos processos eleitorais”. Jorge Santos criticou também a existência de uma Direcção-Geral da Administração Eleitoral (DGAE) “omnipresente e onipotente” que “tem usurpado, muitas vezes, as próprias competências da CNE”.

Santos mostrou-se igualmente sensível à velha questão da proporcionalidade dos votos e dos mandatos de deputados, considerando que o actual sistema, com

o predomínio de círculos de duas representações, gera o “desperdício de votos”, mostrando assim favorável um novo sistema de apuramento eleitoral.

O governo, ou seja, o PAICV, também considera prioritária a revisão do Código Eleitoral porque, no entender do primeiro-ministro, apresenta “algumas insuficiências” para além do facto de ter sido aprovada “por um único partido” (MpD), daí haver necessidade de “novos entendimentos e consensos” sobre a matéria. “A revisão é necessária para que, definitivamente, ultrapassemos as questiúnculas e as guerras após os actos eleitorais e haja entendimento, entre todos, sobre as regras do jogo”, defendeu José Maria Neves, recordando que o governo já aprovou a sua proposta de CE, devendo o MpD fazer o mesmo até Março.

O encontro desta semana foi o segundo realizado no espaço de dois meses entre os dois políticos, tendo o primeiro, ocorrido em Dezembro último, servido para definir a agenda que será cumprida ao longo de 2007. Neste ano os dois líderes dos dois maiores partidos devem ter discussões mensais. Assim, para a próxima reunião, os temas já estão identificados: a integração de Cabo Verde na CEDEAO, a sua participação na União Africana (UA) e o estado da busca de parceria especial com a União Europeia (UE).

Entretanto, outros temas fazem igualmente parte deste novo relacionamento entre o governo e a oposição, facto que José Maria Neves considera de “abertura muito grande”. Um desses temas é a

Constituição da República, tendo as duas partes decidido já reatar as negociações para a sua revisão, se possível neste 2007, ano em que ela, a CR, completa 15 anos sobre a sua aprovação.

A vez do parlamento

De acordo com a lógica dos encontros entre o primeiro-ministro e o líder da oposição, cabe agora à comissão paritária, criada a nível do parlamento e formada por elementos das duas bancadas, prosseguir as negociações. A **Semana** apurou que a referida comissão irá encontrar-se na próxima semana para definir o que fazer daqui para a frente. Além dos respectivos líderes de bancada, Rui Semedo e Ulisses Correia e Silva, da parte do PAICV, a comissão é integrada por Armindo Maurício, José Maria de Pina, Lívio Lopes e Vanusa Cardoso; e do MpD por António Pascoal Santos, Filomena Delgado, João Medina e Orlanda Ferreira.

Segundo Ulisses Correia e Silva, além da revisão do Código Eleitoral, a comissão tem em mãos a revisão da CR. Deve ainda escolher os representantes externos do parlamento, providenciar a eleição do provedor da justiça e ainda dos juizes do Tribunal Constitucional, etc.

Sobre o Código Eleitoral, Correia e Silva revelou a este jornal que a proposta de revisão do seu partido está praticamente pronta, faltando apenas a sua “socialização interna”. “Em Março contamos estar em condições de apresentar ao parlamento a nossa proposta”, afirma o líder da bancada ventoinha.

Este admite, entretanto, que a proposta do MpD não deixará de ter em conta a problemática da distribuição dos mandatos, visto que “a questão da proporcionalidade” encontra-se “completamente adulterada” com o surgimento dos novos municípios. “Esta questão pode não afectar as próximas eleições autárquicas, mas afecta de certeza as próximas legislativas”, conclui.

Também para Rui Semedo, depois da reunião de Neves e Santos, cabe ao parlamento “encontrar as saídas” para as questões que se colocam neste momento à vida do país. “A nossa reunião da próxima semana serve, no essencial, para definir uma agenda e depois prosseguir com as negociações com vista à materialização dos entendimentos obtidos, nomeadamente, a sua votação final pelo parlamento”.

Relações intrapartidos

De acordo com outros dados recolhidos por este jornal, a “busca de consensos” entre as duas principais forças políticas pode acontecer também a nível intrapartidário. “Há questões que dizem respeito especificamente aos partidos”, explica a fonte deste jornal, para quem os responsáveis do PAICV e do MpD poderão, à semelhança do que acontece a nível da governação e do parlamento, passar a se encontrarem, inclusive nas respectivas sedes de forma alternada. “Queremos civilizar o relacionamento intrapartidário em Cabo Verde”, diz José Maria Neves.

CAIS DE PESCA “DIFÍCIL” DESCARGA DO ORCA

A embarcação de pesca “Orca”, propriedade de José Duarte – Zeca de Marlise –, atracou no Complexo de Pesca da Cova de Inglesa, a única infra-estrutura cabo-verdiana certificada pela União Europeia, às 6h da manhã de sexta-feira, 26, com 14 toneladas de cavala no porão. O pescado, que se destinava à Frescomar Luso-Caboverdiana de Conservas, de onde sairia enlatado, não foi descarregado, alegadamente devido à falta de pagamento. O peixe, que corria o risco de estragar, foi distribuído às Forças Armadas, Cadeia Civil, Centro Juvenil Nhô Djunga e à população de São Vicente. Um prejuízo de mais de 700 contos para o armador.

Por: CONSTÂÇA DE PINA



Problemas co

Armador distribui 14

Esta é apenas mais uma situação que ilustra bem as dificuldades por que passa o sector das pescas, embora este seja considerado estratégico pelo governo de José Maria Neves. Zeca de Marlise conta que, nesse dia, foi a segunda embarcação a chegar à baía do Porto Grande. Entretanto, porque o seu produto se destinava à empresa Frescomar, que trabalha com a UE, só podia fazer a descarga no Complexo de Pesca de Cova de Inglesa, a única infra-estrutura em Cabo Verde autorizada a receber produtos com destino ao mercado europeu. “A Frescomar negociou com o Complexo de Pesca a possibilidade de saldar dívidas antigas para que este pudesse receber outras embarcações. Sei que ficou um saldo, inclusive uma parte foi coberta por mim – emprestei dinheiro a Frescomar para me pagar no dia seguinte, porque não tinham dinheiro na altura. Por isso, quando chegámos ao CP pensei que o processamento da carga seria tranquilo”, revela Zeca.

Para sua surpresa, duas horas depois, às 8h, não se registava qualquer movimento no complexo, uma situação que se manteve até às 14h, altura em que o armador teve de decidir entre lançar o pescado no mar ou distribuí-lo à população, antes do peixe apodrecer. “A informação que tenho é que a Frescomar conseguiu reunir todo o dinheiro necessário para liquidar as suas facturas até às duas horas da tarde. Infelizmente, nessa altura o responsável do CP alegou que já era tarde para se fazer a descarga. Optei por distribuir o peixe. Chamei as FA, Cadeia Civil, Centro Juvenil e Bombeiros e

dei-lhes quanto peixe quiseram. O restante foi distribuído à população”.

Mas o desembarque poderia ser feito facilmente e sem prejuízos para o armador caso houvesse boa vontade, sobretudo da direcção do CP, garante o entrevistado. Zeca Duarte informa, em jeito de exemplo, que o seu barco carregava 14 toneladas de cavala, vendidas à razão de 50 escudos o quilo. Contas feitas, com o produto da pesca, este armador perdeu cerca de 700 mil escudos, mais combustível, mão-de-obra e outros. “Não me interessa falar das razões que levaram o responsável do CP a comportar-se comigo desta forma. É verdade que tive de arcar sozinho com os prejuízos, embora existissem condições técnicas para fazer a descarga. A prova é que na segunda-feira, 29, fiz uma descarga de 11 toneladas de cavala no CP para a Frescomar, sem problemas”.

“Não foi solicitado nenhum serviço”

O director-executivo do CP, Pedro Roma Ramos, confirma que a embarcação de pesca “Orca” aportou no complexo. No entanto, contrariando as afirmações de Duarte, diz que nem esse armador nem a Frescomar fizeram qualquer pedido de serviço. “Não podíamos desencadear nenhum processo de processamento do pescado sem um pedido formal. É verdade que a Frescomar é um cliente do CP mas, sempre que precisa dos nossos serviços, faz o pedido com a devida antecedência,

porque sabem que somos limitados em termos de capacidade e precisamos de um tempo para preparar”.

Em relação à descarga do mesmo barco, efectuada na segunda-feira, Ramos indica que a Frescomar solicitou os serviços do CP, que foram executados mediante acordos que este mantém com a empresa. É que, confessa este responsável, o CP não pode prestar um serviço sem uma garantia de pagamento. “Qualquer cliente que solicita um serviço ao CP tem de

pagar pelo respectivo serviço. As dívidas da Frescomar foram liquidadas somente na segunda-feira e uma outra parte na terça, o que possibilitou a prestação do serviço. Podemos confirmar isso através de recibos e do talão de depósito”, assegura Ramos, para quem as dívidas da Frescomar não tiveram nada a ver com o que aconteceu na sexta-feira, ou seja, com a não descarga do pesqueiro Orca.

Mesmo assim, lembra, as garantias de pagamento são imprescindíveis porque

Governo reforça c

O ministro do Estado das Infra-Estruturas, Transporte e Mar, Manuel Inocêncio Sousa, garante que, neste momento, a estratégia do governo para o sector das pescas passa pelo aumento da captura, transformação e exportação. Para isso, afirma, o governo está a investir em infra-estruturas de apoio, entre as quais a Interbase.

Para Manuel Inocêncio Sousa, reabilitar e expandir a Interbase, cujos estudos estão neste momento em curso, foi a saída mais viável

encontrada pelo executivo para resolver o problema daquele serviço, considerado um ‘elefante branco’. “Não apareceram compradores, então o governo procurou uma saída através de uma parceria entre os governos de Cabo Verde e Espanha e ainda com uma Associação de Operadores de Pesca daquele país ibérico, que considerámos viável. Esta associação já está presente em Cabo Verde com cerca de 40 navios a operar nas nossas águas. Esta é uma garantia de que vão dar bom

uso à Interbase”, diz Inocêncio Sousa, optimista.

Outro projecto em curso e que poderá imprimir mais dinâmica ao sector, de acordo com aquele governante, é o aumento da capacidade do Complexo de Pesca da Cova de Inglesa, numa parceria com o governo do Japão, que construiu e entregou essa infra-estrutura ao Estado de Cabo Verde em 2001. Manuel Inocêncio destaca ainda outros dossiers importantes para o sector, designadamente o início



Com descarga de peixe dá prejuízo a armador

toneladas de cavala

o CP emprega trabalhadores sazonais, sobretudo mulheres chefes de família, que recebem os seus proventos logo que executam o seu trabalho. E, para pagar esse serviço é preciso cobrar ao cliente. O CP tem compromissos com os trabalhadores, com a Electra, Telecom e outros, caso não os respeite, fica sujeito às penalidades previstas, entre as quais o corte do fornecimento. “A verdade é que as pessoas que trabalham na pesca precisam encarar as coisas com mais seriedade, porque sabem que tudo tem

o seu custo. Para pedir um serviço é preciso pagá-lo”, desabafa o director-executivo do CP.

Relacionamento difícil

Pedro Roma Ramos admite a existência de alguma fricção no relacionamento com os armadores de pesca, que sistematicamente questionam a gestão do Complexo da Cova de Inglesa. Mas nada que perturbe o seu sossego porque, afirma, “as pessoas encaram as coisas conforme os seus pontos de vista”.

Ou seja, prossegue esse responsável, os armadores querem ver resolvidos os seus problemas, independentemente das condições existentes. “Várias vezes os armadores propalam a falta de gelo. A verdade é que não temos falta de gelo. Temos sim situações de boas capturas, como o que está a acontecer agora, e uma capacidade de produção limitada. A nossa produção é igual ao longo do ano, mas existem picos em que não podemos satisfazer todos os pedidos. Neste momento estamos num pico e se um barco não encontra gelo na hora, dentro de duas, três horas terá gelo”.

Isso acontece porque, afirma, a capacidade de congelação do Complexo de Pesca é de seis toneladas/dia. Se juntarmos às sete toneladas da Interbase, Mindelo tem neste momento uma capacidade de congelação de onze toneladas para as ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau. “É preciso que quem de direito faça investimentos neste sector. Os armadores ficam sempre à espera do governo, que pode não dispor dos meios necessários. Por que a Associação de Armadores não constrói ela mesma um túnel de congelação com capacidade, por exemplo, para 30 toneladas? Será porque não querem correr riscos?”, desafia Ramos, que acredita não ser impossível para esta associação conseguir financiamento para resolver um dos maiores problemas do sector.

Entretanto, aproveita para alertar que a procura supera a oferta apenas nos picos de captura e que ao longo do ano existem muitos períodos mortos, o que o leva a interrogar

sobre a viabilidade de investir, por exemplo, numa fábrica de gelo em Cabo Verde.

Certo é que o Complexo de Pesca da Cova de Inglesa vendeu no ano passado mais de duas mil toneladas de gelo, precisamente 2,330 t. No ano anterior, 2005, as cifras foram mais robustas, 2,441 toneladas. Uma venda que, afirma Roma Ramos, está dentro da capacidade de produção do CP, não obstante as suas limitações de espaço. Aliás, é isso que faz com que nos picos de captura, o complexo tenha dificuldades para responder à demanda. A solução tem sido a racionalização do gelo, o que provoca alguma crispação entre os armadores, que não entendem e/ou não aceitam esta medida restritiva.

Mas o relacionamento difícil com os armadores não resulta apenas da falta de gelo ou de qualquer outro problema logístico. Em jeito de exemplo, Ramos conta que vários armadores, inclusive o presidente da Associação de Armadores de Pesca, estacionam as suas viaturas dentro do complexo em desrespeito para com as normas da UE. Entretanto, quando advertidos pelo vigia de serviço, isso é objecto de zaragata. “Nós aqui limitamo-nos a cumprir a lei. É que, se relaxarmos, a inspecção sanitária pode retirar-nos a licença de funcionamento. Portanto, temos contas a prestar e vamos tudo fazer para que se respeite as normas, ainda que as pessoas pensem que seja uma decisão minha”, observa Ramos, cuja comissão de serviço já expirou – deverá deixar o cargo no final desta semana – e não pretende descuidar as normas no CP nos poucos dias que lhe faltam.

captura e conserva

das actividades, em finais de 2006, do Atlantic Tuna, empresa mista Cabo Verde/ Angola, e ainda o reforço do Fundo de Desenvolvimento das Pescas (FDP), que, a partir de agora, adoptará uma nova filosofia.

Sobre o FDP em particular, Manuel Inocêncio Sousa indica que o governo pretende alterar a estrutura do Fundo, que assentava até então no apoio ao sector. “Vamos reforçar o FDP para que este possa funcionar como uma instituição de financiamento

com capacidade para recuperar o crédito. Estamos a falar de um sector que tem dificuldades em aceder a créditos para aquisição de barcos maiores, para criar condições para a exportação e conserva do pescado e para outras iniciativas que visam reforçar o sector das pescas”.

Todos estes projectos, afirma Inocêncio Sousa, serão complementados com algumas conserveiras existentes e outras ainda em construção. Em jeito de exemplo, o governante

cita os casos do Sucla (São Nicolau), que passou recentemente por uma grande remodelação, do Frescomar (São Vicente), um dos poucos que já trabalha neste momento com o mercado europeu e ainda do J.A. Nascimento (Sal), que tem uma unidade de conserva e está a construir uma segunda fábrica. “A nível do governo definimos para o sector da pesca o reforço da capacidade de captura, conserva e exportação”, conclui.

CP

INE no banco dos réus

O Instituto Nacional de Estatísticas deve, até 12 deste mês, apresentar, junto das instituições judiciais da Comarca da Praia, a contra-alegação à queixa dos trabalhadores, representados pelo SISCAP, que reivindicam o 13º mês a que dizem ter direito e cujo montante se aproxima agora dos três mil contos. Em causa está um montante à volta de três mil contos, referente ao 13º mês que o colectivo diz ter direito a receber.

Fontes deste jornal avançam que diligências vêm sendo feitas para evitar que o INE seja levado ao banco dos réus ou veja penhorados alguns dos seus bens. Tudo, segundo o presidente do SISCAP, por não ter respeitado a lei e os direitos adquiridos do pessoal da instituição.

É que, segundo Julião Varela, pelo nº1 do artigo 61º do Estatuto do Pessoal do INE, aprovado pela portaria nº 41/98 de 10 de Agosto e alterado pela portaria nº 49/2005 de 29 de Agosto, os trabalhadores do INE têm direito à remuneração adicional designada por 13º mês ou gratificação de Natal, nos termos do nº 5 do artigo 124º da Lei Laboral. “Mas em 1995, eles não receberam esse subsídio, porque o Ministério das Finanças decidiu transferir para o INE a responsabilidade do pagamento, que nos anos anteriores era suportado pelo Tesouro público”.

A mesma fonte avança que a presidência do INE, apesar de reconhecer esses direitos dos trabalhadores, alega que não pode pagar tais gratificações, por não estar autorizada a realizar receitas mesmo que legalmente previstas. Porque o ano já estava quase no fim, o INE assumiu, conforme Varela, que só mobilizaria os recursos para suportar as gratificações de 2006 em atraso.

“O SISCAP tentou também, por diversas formas, sensibilizar o Ministério das Finanças no sentido de libertar a verba destinada ao 13º de 2005, que aliás estava orçamentada no OGE de 2005, mas este não se demoveu da sua posição inicial. Assim, diz o SISCAP que não restou aos trabalhadores outra alternativa que não intentar uma acção judicial contra o INE para repor esses direitos adquiridos dos trabalhadores agora postos em causa”, conclui o líder do Sindicato da Indústria, Serviços, Comércio, Agricultura e Pesca, filiado na UNTC-CS. ADP

INMG marca nova greve

A falta de reacção, ou melhor, o “silêncio absoluto” do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG) e do governo perante as suas reivindicações levou os trabalhadores da Meteo a agendar mais uma greve – desta vez, de cinco dias –, que começará às 7h30 de 12 de Fevereiro. Esta paralização, à semelhança das anteriores realizadas nos meses de Dezembro e Janeiro, terá abrangência nacional e abarcará todos os sectores do INMG.

No pré-aviso de greve entregue pelo Sindicato dos Transportes, Comunicações e Administração Pública ao INMG e ao Ministério do Ambiente e Agricultura (MAA), os trabalhadores reafirmam a sua determinação em continuar a luta, protestando assim contra o silêncio que paira sobre as suas reivindicações: actualização salarial referente a 2004 (1%) e 2006 (3,5%), prémio de produtividade, evolução na carreira, subsídio de férias e reclamações de outras categorias profissionais, entre as quais o pessoal de Rádio Sondação.

Está é a terceira greve dos trabalhadores do INMG. A mais recente foi no dia 12 de Janeiro último e durou 48 horas. E na nota de imprensa em que anunciaram nova greve, são os próprios trabalhadores a reconhecer que felizmente conseguiram efectuar, livremente e na íntegra, este direito fundamental, que é o direito à greve, sem que o governo – ao contrário do que aconteceu com as duas greves anteriores – tenha recorrido à requisição civil, impedindo-os desse modo de exercer na plenitude o seu direito.

Por causa disso, fizeram um compasso de espera para ver se o instituto e/ou o governo reagiriam às suas reivindicações. “Infelizmente nada aconteceu. Isto é, até à presente data não houve ou pelo menos não chegou ao conhecimento dos trabalhadores nenhuma reacção, nem do Instituto nem do governo. Aliás, o que se tem verificado é um silêncio absoluto tanto de um como de outro”, lê-se no pré-aviso de greve a que tivemos acesso.

Perante esta situação, os trabalhadores decidiram retomar a luta e marcar uma nova greve de cinco dias, com início às 7h30 do dia 12 de Fevereiro de 2007, abrangendo todos os sectores do INMG a nível nacional. CP



MAIS LOTE DE TERRENOS NA BERLINDA

Câmara do Porto Novo vende terreno das Finanças

A Câmara Municipal do Porto Novo vendeu ou cedeu um lote de terreno pertencente ao Ministério das Finanças, localizado na zona do Armazém, a um privado, que ali construiu uma residência e vendeu a parte sobrance a um estrangeiro. Tudo indica que o negócio é antigo – a transacção foi feita na gestão de César Almeida ou Joel Barros –, mas só agora é que a responsável pelo MF, Maria da Graça, teve conhecimento dos factos através de **A Sema**, que por sua vez recebeu esta participação de uma fonte credível.

Maria da Graça confirma que o terreno em causa foi adquirido pelo Ministério das Finanças, ainda Bento Oliveira assumia a direcção local do MF. Pelas diligências feitas depois de abordada por este jornal, esta responsável confirma que, de facto, o terreno foi cedido a um privado, à revelia do MF-Porto Novo. “Vamos pedir uma certidão matricial, porque o terreno foi comprado pelo MF, e entregar a questão à Direcção-Geral do Património do Estado. Penso que a Câmara terá de dar outro terreno em troca do que vendeu sem nosso consentimento, ou en-

tão vai ter que indemnizar o MF porque nunca fomos abordados ou informados dos factos pela autarquia”, afirma.

Esta responsável conta ainda que, quando assumiu o cargo, em 1997, foi informada do terreno que tinha sido adquirido pelo MF para ali construir as suas instalações no Concelho. Chegou-se a elaborar um projecto de construção, que não avançou, não sabe Maria da Graça precisar por que razão. Entretanto, prossegue, em 2003, com a extinção da Empa e com acordo do primeiro-ministro e do Ministério das Finanças, a repartição das Finanças ocupou o prédio da ex- Empresa Pública de Abastecimento.

“Não sei se ainda interessa ao MF construir naquele terreno, mas é um património do Estado e não pode ser vendido ou cedido sem uma autorização do governo. Exactamente por isso, penso que a Câmara terá de assumir as suas responsabilidades nesse assunto. Mas isso agora terá de ser resolvido pelo Património do Estado”, observa Maria da Graça, que aproveita para lembrar que há muito o governo fala em construir um edifício multiusos em Porto

Novo para albergar alguns serviços – o Tribunal, Registo Civil, Notariado, entre outros – e que bem poderia aproveitar o terreno em causa.

Não foi possível falar com a DG do Património do Estado por esta se encontrar em reuniões. Já o então autarca do Porto Novo, Joel Barros, garante que nunca soube que o MF possuía terreno no município e, por isso, se houve alguma transacção, não poderia ser na sua gestão. “Se tal negócio aconteceu foi na gestão de César Almeida”. Este, por sua vez, reconhece que existia no município um terreno, que foi vendido ao MF. “O MF adquiriu o terreno quase no final do meu mandato em 94/95. Se este foi vendido, não pode ser no meu tempo, salvo se aconteceu sem que eu tivesse tido conhecimento. É que naquela altura, por despacho, a gestão de terrenos estava sob alçada de um vereador”.

E nesta “troca de pernas” entre Joel Barros e César Almeida parece que o único penalizado é o Ministério das Finanças, que ficou sem o seu lote de terreno.

O Parque 5 de Julho vai albergar, dentro em breve, a Universidade Intercontinental (UNI) de Cabo Verde. Esta "reconversão" deste património cultural do Cabo Verde independente é consequência do protocolo assinado em Novembro pela Câmara Municipal da Praia (CMP) e a Ensiene Cabo Verde – uma sociedade luso-cabo-verdiana – e cedendo à desconhecida universidade aquele espaço que foi erguido para comemorar os cinco anos de Independência, a 5 de Julho de 1980.



Parque 5 de Julho acolhe universidade privada

Na base do acordo, a Câmara cede as instalações do Parque 5 de Julho à Ensiene Cabo Verde por um período de 20 anos para a instalação da UNI Cabo Verde, que ministrará cursos nos domínios da saúde, desporto, artes e outros. Valias bem distantes das actividades desenvolvidas nos primeiros anos do Parque 5 de Julho, que então funcionava como centro de todas as actividades culturais e de lazer da população da Praia. Época de grandes concertos musicais ao ar livre, tempo de feiras, de jogos, de barracas de pipocas e outras guloseimas, de teatro, de convívios de famílias inteiras, crianças, jovens e adultos, tempo de palestras na Casa Padja, de exposições de artesanato, de escola de pintura para crianças, de feiras de gastronomia, batuque, etc, etc.

As obras de reabilitação do Parque 5 de Julho, previstas ainda para este ano, vão "devolver aos praienses o seu espaço de lazer e de divertimento, assim como retomar a sua velha vertente educativa", afirma Cláudia Correia, responsável pelo departamento de Cooperação da CMP. A diferença, dizem os observadores é que a vertente educativa vai dominar sobre as outras valências.

A empresa "compromete-se a ocupar, utilizar e zelar pelas instalações do Parque 5 de Julho, enquanto durar a cedência

das instalações", afirma a responsável, salientando que serão salvaguardados a emblemática Casa Padja, o anfiteatro ao ar livre, o espaço de lazer infanto-juvenil e todo o espaço verde.

"Porque não salvaguardar tudo, numa cidade carente de espaços de lazer e de espaços públicos de lazer para crianças e jovens e mandar a universidade para a zona universitária?", questionam as nossas fontes, que lembram que tanto a CMP como o governo têm responsabilidades especiais para com o Parque 5 de Julho, o único parque da cidade e dos praienses. Para os artistas da Praia, para os artesãos da Praia, para as famílias da Praia.

A Ensiene Cabo Verde diz no acordo com a CMP que se compromete a elaborar e efectuar projectos de requalificação urbanística e ambiental de todo o espaço envolvente. Esta empresa deverá, ainda, prestar serviços à comunidade no âmbito dos cursos que irá ministrar, bem como desenvolver outras actividades de interesse público nas áreas em que lecciona e em outras que impulsionam uma "adequada interacção entre a universidade e os municípios da Praia", nas palavras de Cláudia Correia.

De acordo com a responsável da Cooperação da CMP, esta é "a melhor forma" que a Câmara encontrou para devolver aos municípios o seu principal espaço de

lazer. Conforme explica, o Parque 5 de Julho deixou de ser frequentado nos últimos anos por causa do seu "elevado grau de degradação". "O culpado quem é?", pergunta a fonte que vimos citando, antes de concluir que a CMP não devolve nada ao praiense. Antes pelo contrário entrega-o por 20 anos a uma empresa que ninguém conhece.

Os actuais utentes das instalações do parque – Centro da Juventude, Banda Municipal, grupo Ferro-Gaita, o artesão Gustavo e alguns serviços da CMP, entre outros – vão ter, portanto, que procurar outros espaços, num prazo de 45 dias.

Vários destes utentes estão inconformados e exigem da Câmara um novo espaço. Há quem considere "uma falta de respeito" tirar deles o que, supostamente, lhes pertence "para entregar aos portugueses" e há quem prometa protestar até ao fim contra essa medida e recorrer à lei, se for possível, para fazer a CMP desistir de cometer aquilo que afirmam ser uma "injustiça".

Sobre essa questão, Cláudia Correia explica que os espaços foram concedidos a título provisório e não definitivamente. "Agora a Câmara precisa do local para remodelá-lo", refere, "para que o parque volte a ter o mesmo valor que antes. O local está todo degradado. Os marginais utilizam o local para dormir, fazer as suas

necessidades, assaltos, e até mesmo para a venda e consumo de drogas. Não podemos deixar o Parque 5 de Julho entregue nas mãos de criminosos", porque é um património da cidade.

Ferro Gaita é, entre os utilizadores daquelas instalações, o único utente com o qual existe um acordo formal para a cedência de uma sala. Segundo a responsável, este grupo foi o único dos ocupantes a reagir, apelando à renegociação do acordo em vigor. "É questão de sentarmos e negociarmos" responde, realçando contudo que "não prometemos nada porque o Parque 5 de Julho é um património municipal e não de algumas pessoas".

Questionada sobre a cedência do espaço pelo período de 20 anos, a responsável afirma tratar-se de um protocolo de cedência provisória e que durante 15 anos a Ensiene Cabo Verde vai pagar uma renda, por um preço ainda a ser negociado, "o que não acontece com os actuais serviços" a funcionar aí.

Além do mais, salienta Correia, essas obras vão servir o público e dar uma nova imagem à Praia. "Com a reabilitação do Parque 5 de Julho todas as crianças, jovens e adolescentes da cidade poderão voltar a frequentar as suas áreas exteriores, porque a UNI Cabo Verde só vai utilizar os espaços construídos".

TAXAS DE JURO

Data	Tipo	Taxa (%)
	Oficiais	
31-05-1999	Redesconto	8,5
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7,5
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1,0
08-12-2006	Mercado Monetário Interbancário	6,00
12-01-2007	Taxa Base Anual	3,04
Títulos da Dívida Pública		
12-01-2007	Bilhetes de Tesouro - 91 dias	3,03
19-01-2007	Obrigações de Tesouro - 5 anos	5,41

TAXAS NO MERCADO DE INTERVENÇÃO

Data Emissão	Tipo	Prazo (Dias)	Taxa	Montante
2007-01-25	TIM	182	3,883	320.000.000,00
2007-01-11	TIM	182	3,800	250.000.000,00
2007-01-22	TRM	14	3,438	450.000.000,00



BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 31-01-2007

País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	71,801	71,942
SUICA	CHF	100	6.785,002	6.797,778
DINAMARCA	DKK	100	1.477,889	1.480,578
EUROPA	EUR	1	110,265	110,265
INGLATERRA	GBP	1	166,841	167,144
JAPAO	JPY	100	69,729	69,856
NORUEGA	NOK	100	1.348,618	1.351,308
SUECIA	SEK	100	1.218,546	1.221,403
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	84,901	85,103
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	11,488	11,690

Salvar vidas, melhorando os cuidados de saúde e diminuindo a ida de doentes para o estrangeiro é o objectivo de um inovador projecto de telemedicina que ligará o Hospital Pediátrico de Coimbra (Portugal) a unidades similares de Cabo Verde e Angola.



Telemedicina

pediátrica liga Coimbra a Cabo Verde e Angola

Um sistema de telemedicina para apoio ao diagnóstico de doenças de cardiologia pediátrica e fetal vai ligar, ao longo do corrente ano de 2007, unidades hospitalares de Cabo Verde e Angola ao Hospital Pediátrico de Coimbra, num projecto inovador a nível internacional. Trata-se de um sistema sem paralelo em Portugal, que já liga o Hospital Pediátrico de Coimbra aos hospitais da Região Centro, e que nos próximos meses irá estender-se ao Hospital Pediátrico de Luanda (Angola) e ao Hospital Baptista de Sousa, na cidade do Mindelo.

Para o alargamento deste serviço de apoio ao diagnóstico, já foram celebrados protocolos entre as instituições parceiras, envolvendo a da Associação Saúde em Português, uma Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento, que se tem empenhado na angariação dos meios financeiros necessários.

Se em relação a Cabo Verde falta apenas um ecógrafo similar ao existente no Hospital Pediátrico de Coimbra que garanta a qualidade da imagem ecográfica, relativamente a Angola ainda se colocam algumas questões relacionadas com o tráfego de telecomunicações, mas que não constituirão um obstáculo. O projecto de telemedicina com Cabo Verde envolve investimentos, em formação de profissionais e em equipamentos, na ordem dos 113 mil euros e o de Angola custará 186 mil euros, adiantou ao **A Semana** Hernâni Caniço, presidente da Associação Saúde em Português, que esteve recentemente em Cabo Verde.

COIMBRA OFERECE ECÓGRAFO

Empenhada também na concretização do projecto com Cabo Verde, a Câmara Municipal de Coimbra, geminada à da cidade do Mindelo, já se disponibilizou a oferecer um ecógrafo ao Hospital Baptista de Sousa, referiu Eduardo Castela, director do Serviço de Cardiologia Pediátrica do Hospital Pediátrico de Coimbra. “Com Cabo Verde devemos arranjar rapidamente”, desde que seja disponibilizado um ecógrafo de qualidade e instalada a plataforma informática para a transmissão da imagem à distância, sublinhou o responsável clínico, um dos principais dinamizadores da telemedicina em Portugal.

No que respeita a Angola, Eduardo Castela adiantou que

tem programada uma deslocação ao país e que esta poderá coincidir com os acertos finais para o arranque da ligação da telemedicina. Estão previstos nos dois países cursos de formação e actualização em cardiologia pediátrica, cardiologia fetal, informática e telemedicina, dirigidos a obstetras e pediatras.

O projecto com Cabo Verde encontra-se mais avançado, prevendo-se um ciclo quinzenal para discussão de casos de cardiologia pediátrica e de cardiologia fetal. O Hospital Pediátrico de Coimbra irá igualmente propor um serviço para situações de urgência 24 horas por dia, adiantou ao **A Semana** Eduardo Castela.

Com o Hospital Pediátrico de Luanda, que tem um fluxo de internamento de 80 crianças por dia, o nível de colaboração terá de ser mais ponderado, porque as necessidades são de outra amplitude, e o Hospital Pediátrico de Coimbra terá de dispor das condições logísticas e humanas adequadas.

PROJECTO INOVADOR

Um dos pioneiros da telemedicina em Portugal, Eduardo Castela apercebeu-se das virtualidades deste meio de apoio ao diagnóstico durante um estágio, na especialidade de cardiologia do feto, que realizou em meados dos anos 90 numa clínica do Minnesota, nos EUA.

Através de uma parceria com a Portugal Telecom e o envolvimento do seu colega Bilhota Xavier, do Hospital de Santo André, de Leiria, a 18 de Outubro de 1998 deu-se início à teleconsulta de cardiologia pediátrica e fetal entre as duas unidades, que ascenderam a 14 no final desse ano.

Gradualmente o projecto foi-se alargando a outros hospitais da Região Centro de Portugal. Em 2005 as consultas regulares de telemedicina com o Hospital Pediátrico de Coimbra totalizaram 856, e no final do ano de 2006 atingiram as 1.300.

Apercebendo-se das virtualidades desta rede de telemedicina, todos os hospitais da Região Centro de Portugal aderiram ao novo sistema, e desde há um ano encontram-se também abrangidos dois hospitais da Região Norte, de Vila Real e Régua, que o pediram. Desde Julho último, um protocolo subscrito pelos integrantes da rede permite ao serviço de cardiologia pediátrica do Hospital Pediátrico de

Coimbra disponibilizar teleconsultas de urgência durante as 24 horas do dia, além das consultas de rotina com uma periodicidade semanal.

“Com o serviço de urgência estamos na vanguarda, pois não conheço nada do género a nível internacional. Isto é um feito importantíssimo para a saúde. Quem nascer na Região Centro é um privilegiado, porque se tiver um problema cardíaco pode ser visto imediatamente pela telemedicina”, sublinhou Eduardo Castela.

De acordo com o clínico, este projecto, é inédito não só em Portugal, como a nível internacional e não é conhecido nenhum outro na área da telemedicina com esta amplitude.

A telemedicina é uma ótima solução para democratizar o acesso à saúde e para esbater desigualdades, ao permitir que doentes de hospitais periféricos possam, através da consulta à distância, ter acesso a especialidades existentes apenas em hospitais maiores. Por vezes um paciente necessita de uma intervenção rápida, e através da telemedicina é possível um diagnóstico partilhado com especialistas, evitando-se ainda o desconforto e os elevados encargos com as evacuações.

Para Eduardo Castela, outra das vantagens da telemedicina é promover a troca constante de conhecimentos, a formação contínua, numa área em que é vital a partilha do conhecimento, para a despistagem e tratamento das doenças.

Em reconhecimento da validade deste projecto, o Serviço de Cardiologia do Hospital Pediátrico de Coimbra recebeu em Março de 2006 das mãos do Ministro da Saúde de Portugal, Correia de Campos, o Prémio Hospital do Futuro, na modalidade de Acessibilidade e Atendimento, instituído pelo Fórum Hospitalar do Futuro.

Também para Cabo Verde e Angola este serviço se revestirá de grande importância, tanto para melhorar o atendimento aos doentes quanto para eliminar alguns dos onerosos encargos com evacuações de crianças para Portugal.

Segundo Eduardo Castela, em Cabo Verde e Angola as doenças cardíacas congénitas deverão ter uma incidência similar à das projecções internacionais, de 8/1000, mas nesses países registam-se muitas outras patologias cardíacas devido às condições de vida, à falta de medicação ou originadas por doenças não tratadas. Por outro lado, um dos casos de doença cardíaca adquirida, muito frequente em África é a febre reumática, que em Portugal é actualmente muito rara.

Sida debatida pelos países do Sul

Criar uma rede técnica sobre o VIH-sida a nível da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e planificar, para este ano, as medidas de combate ao flagelo da sida nos países do Sul são dois dos objectivos da III Reunião Laços Sul-Sul, que se realiza na Praia, de 6 a 8 de Fevereiro.

A iniciativa Brasil + 7, agora conhe-

cida como Laços Sul-Sul, reúne o Brasil, a Bolívia, Cabo Verde, a Guiné-Bissau, o Paraguai, S. Tomé e Príncipe, Timor-Leste e, mais recentemente, a Nicarágua. E a unir os representantes destes oito países – que vão estar reunidos por três dias na Praia, Hotel Praia Mar. E está a vontade de juntar forças na luta contra a epidemia da sida,

trocando informações e elaborando estratégias e planos conjuntos de acção.

No primeiro dia do encontro, cada um dos países vai apresentar a situação da epidemia intra-muros, identificando os avanços e desafios da resposta nacional. Depois serão constituídos grupos de trabalho que vão trabalhar as bases da

cooperação na rede Laços Sul-Sul.

No segundo e terceiro dias, será debatido e estabelecido o Plano de Acção para 2007 a nível nacional. Do encontro sairá a “Declaração da Praia”, que delibera os pontos de cooperação entre os países-participantes na prevenção e tratamento do VIH-sida.

O bispo da Diocese do Mindelo, D. Arlindo Furtado, abriu ontem, 2, naquela cidade, um ciclo de conferências sobre as grandes questões éticas que se colocam à humanidade no início deste século XXI, promovido pelo Instituto Camões-Centro Cultural Português do Mindelo. Para estes debates, que têm como título genérico “*Labirintos do Mundo*”, foram convidadas personalidades nacionais de vários ramos do saber para proferirem uma curta palestra, abarcando temas como a religião, a política, as ciências, a cultura e a sociedade em geral.



D. Arlindo abre debate sobre ética

O bispo do Mindelo, D. Arlindo Furtado, foi o primeiro orador deste ciclo de conferências, cuja sessão inaugural aconteceu ontem, quinta-feira, no Centro Cultural do Mindelo. O escritor Germano Almeida, o político Onésimo Silveira e a médica Odete Pinheiro são outras personalidades nacionais que aceitaram o convite para participar como conferencistas.

A directora do IC-CCPM, Ana Cordeiro, diz que com os “*Labirintos do Mundo*” o Instituto Camões pretende partilhar com os presentes a visão que tem sobre os grandes problemas que se colocam à humanidade neste início do século XXI. “*Pretendemos, deste modo, provocar uma reflexão alargada sobre questões éticas que envolvem a religião, a política, as ciências, a cultura e a sociedade em geral*”.

A entrevistada precisa que inúmeras e importantes conquistas foram conseguidas ao longo do século passado, com destaque para uma maior tolerância e respeito pela liberdade do outro. Mas, afirma, muitas

das fronteiras foram-se diluindo, pelo que a distância entre os cabo-verdianos e outros povos, entre países, ciências ou artes foram ficando cada vez mais ténues. “*Entrámos no século XX limitados por toda uma série de divisões, hierarquias e classificações que foram paulatinamente postas em causa ou destruídas, e passámos para o novo milénio livres de cânones, ortodoxias e imperativos morais. Na política, nas relações sociais e inter-pessoais, e nas artes de forma muito especial, viveram-se anos de experimentalismo, de libertação e exploração de limites, pelo que, de certa forma, tudo se tornou possível, igual e legítimo*”, afirma.

Cordeiro descreve, por outro lado, que a coabitação entre culturas diferentes, provocada pelos grandes movimentos migratórios e pela globalização, não criou um verdadeiro multiculturalismo. É que, na sua óptica, não houve um esforço para compreender e conhecer o outro. “*A tolerância deixou de ser um acto de inteligência e um valor moral, já que era mais fácil deixar que tudo fosse aceite e*

permitido, como se tudo tivesse o mesmo valor ou a mesma qualidade. Esta indefinição ética veio a juntar-se a uma idêntica indefinição estética”, avança aquela responsável.

Parafraseando Hannah Arendt, a directora do IC-CCPM lembra que o problema do mal terá sido a questão fundamental no mundo do pós-guerra, mas adverte que se passou quase meio século sem que essa questão parecesse preocupar um número significativo de pensadores e muito menos os cidadãos em geral. “*Fosse porque o horror do holocausto dos judeus ou do assassinio em massa de Hiroxima ou Nagasaki estivesse para além da compreensão humana, fosse porque o silêncio era necessário para se poder acreditar de novo na humanidade. A verdade é que a questão não foi objecto de estudos significativos nem esteve sobre a mesa das grandes polémicas*”.

A entrevistada deste jornal acrescenta que sobre as vítimas e os escombros da II Guerra Mundial instalou-se, pelo contrário, uma espécie de optimismo universal, em que

o avanço das ciências e das tecnologias, a criação das Nações Unidas, a libertação das colónias em África e o fim da guerra-fria pareciam legitimar. Isto sem contar com a humanidade que se sentia cada mais protegida contra a guerra, catástrofes naturais, doenças e envelhecimento.

“*Mas, assim como o terramoto de Lisboa abalou o iluminismo, foi preciso que o terrorismo internacional e alguns cataclismos naturais, como o Tsunami ou o furacão Katrina, abalasse o mundo para que os homens acordassem para o problema do mal. A classificação e definição do mal é, a priori, uma questão polémica, a necessitar de reflexão, e será talvez o maior desafio a que os nossos convidados terão de responder*”, conclui Ana Cordeiro, para quem o Instituto Camões espera que as sessões de *Labirintos do Mundo* sirvam para debater essas matérias todas e constituir um ponto de partida para uma reflexão pessoal e colectiva sobre o indivíduo, a sociedade e o mundo em que vivemos.

Alirio Dias de Pina

“*Genzyme*” garante continuidade de terapia à professora Casimira

Tratamento milionário contra “*Gaucher*”



CASIMIRA RODEADA DOS TÉCNICOS DA “GENZYME”, NO HOSPITAL BAPTISTA DE SOUSA

A empresa norte-americana Genzyme assumiu a responsabilidade de tratar a professora Casimira da Graça, portadora de “*Gaucher*”, uma rara doença hereditária, por tempo indeterminado. Tomie Tierney, responsável da Genzyme pelo projecto Hope, viajou a Cabo Verde com o propósito único de conhecer a professora e comunicar-lhe a notícia. “*É com satisfação que lhe digo que nós estabelecemos o compromisso de não*

abandonar um paciente que tenha iniciado o tratamento. A não ser que esteja curado. Mas a Casimira é da nossa família, para sempre”, explicou Tierney, quando questionada sobre a continuidade ou não do tratamento da paciente cabo-verdiana.

A par da decisão da Genzyme de incluir a professora no seu programa de terapia gratuita, esta era a novidade que Casimira mais aguardava nos últimos tempos. Isto porque a docente do ensino básico deveria, em princípio, beneficiar da medicação por um período de apenas dois anos. E este prazo já havia expirado, por isso pairava no espírito dela a inquietante dúvida sobre o futuro do tratamento, que é como quem

diz, o futuro da sua vida.

“*A minha maior preocupação era saber se iam continuar a garantir-me os medicamentos*”, confessou Casimira, que é, seguramente, a paciente mais cara tratada no hospital de S. Vicente. A professora precisa tomar os medicamentos a cada quinze dias e cada uma das sessões custa 18 mil dólares, quase 1.500 contos. Uma despesa que nem

mesmo o Ministério da Saúde poderia suportar. Aliás, a Genzyme, ciente do custo que o combate à doença de Gaucher acarreta para os cofres dos países mais pobres, criou o projecto Hope – Esperança – que garante assistência a 260 pacientes em mais de vinte Estados. Casimira da Graça é a única doente cabo-verdiana beneficiária dessa ajuda, apesar de ter uma irmã também portadora dessa patologia.

Desde Agosto de 2004 que Casimira da Graça vem recebendo o corezyme, o medicamento indicado para tratar essa enfermidade hereditária. Segundo Casimira, até essa data a sua vida era um autêntico inferno, marcado pelos sintomas da patologia: câibras nas pernas e articulações, dores de cabeça, hemorragias, inflamação do baço e do fígado... Desde que iniciou a terapia, o seu quadro clínico melhorou substancialmente, como confirma a hematologista Conceição Pinto, responsável do Banco de Sangue do hospital Baptista de Sousa.

Doença do foro hereditário, “*Gaucher*” advém da falta de uma enzima. Em consequência disso, dá-se a acumulação de uma substância gorda no organismo e que provoca crises de dores ósseas, atraso no crescimento, fracturas, anemia, aumento do volume de certos órgãos, como o baço, o fígado ou a medula óssea. A irmã de Casimira Graça que possui essa insuficiência enzimática ainda não começou a sentir os sintomas.

A viagem de Tomie Tierney a Cabo Verde foi acompanhada por duas equipas de jornalistas do jornal português “*Expresso*” e da estação televisiva SIC, que seguiram todos os passos da professora na sua ilha natal.

Kim-Zé Brito

“Criança viva” na morgue: Pai quer justiça

O casal cujo filho foi alegadamente colocado vivo na morgue do hospital de S. Vicente, em 2005, continua determinado em lutar por justiça. Gillard Gomes e Arsénia Oliveira querem ver punida a médica que assinou o atestado de óbito, pois, asseguram, o bebé estava vivo quando foi levado para a morgue, dado como morto.

“Eu vi o meu filho a respirar e a minha namorada assegura que sentiu o bebé mexer. Como me vêm dizer que ele estava morto”, recorda Gillard Gomes. Segundo Gomes, o casal ainda chora a morte da criança. Como explica, o filho foi planificado e, devido a este trauma, a companheira está com medo de voltar a ficar grávida e ter de passar por um episódio similar.

Para Gillard Gomes, 21 anos, o caso tem estado a andar a passos de tartaruga junto da Procuradoria da República. Refere, aliás, que o processo esteve “retido” sete meses na Judiciária e só deu entrada na Procuradoria a 21 de Outubro de 2005, cerca de oito meses após a ocorrência. “No dia 8 de Dezembro meti um requerimento a pedir o andamento mais célere do processo, pois isto está a demorar muito. Não sei se será porque está em causa o prestígio de uma médica”, especula Gomes, que tem estado em contacto sistemático com a Procuradoria, sinal de que não pretende desistir dessa luta.

Este processo, segundo apurou A Semana, está a trilhar o seu percurso normal junto da Procuradoria da República de S. Vicente. Porém, foi impossível colher informações adicionais sobre o dossier que está na fase de segredo de justiça.

Entretanto, a direcção clínica do hospital de S. Vicente evitou comentar este caso sem estar devidamente munida dos dados. Segundo Camilo Neves, o caso aconteceu na vigência de outra gestão e a actual precisa inteirar-se primeiro dos pormenores para poder fazer eventuais comentários sobre o sucedido.

Kim-Zé Brito



Duas mortes abalam Santiago

Um risco no caderno estará na origem da morte, por golpes de faca, do aluno da Escola Técnica da Praia, Eliseu Semedo Pinto, ocorrida na sexta-feira passada. O agressor, por ainda ser menor, vai ficar em liberdade. Em Santa Cruz um desconhecido, encapuzado, matou uma jovem, Jovelina Oliveira, de menos de 30 anos, contadora da Electra. Dois crimes que entristecem a ilha de Santiago.

Os dois estudantes, segundo colegas de turma, brigaram na cantina da escola, no último intervalo do período da tarde mas, conforme contam, tudo começou ainda dentro da sala de aula. Os dois rapazes, que se sentavam lado a lado, começaram por rabisçar e rasgar o caderno um do outro, e acabaram por se engalfinhar durante o intervalo. Depois disso, e como Eliseu terá levado a melhor na briga, Maiuca – que terá decidido então tirar a desforra – faltou à aula e correu para casa, de onde levou a faca com que mataria o seu amigo e colega de carteira.

Segundo uma prima da vítima, Eliseu foi golpeado várias vezes pelas costas. “O meu primo é muito mais baixo do que ele, por isso foi atingido no pescoço sem nenhuma dificuldade”. De imediato encaminhado para o Hospital Agostinho Neto, Eliseu não resistiu.

O crime caiu que nem uma bomba: seja na escola entre professores, colegas de turma, seja no seio da família. Ninguém conseguia explicar o sucedido. Tanto mais que os dois rapazes eram

“muito amigos e andavam sempre juntos”, como referem os colegas. Além de dividirem carteira, acrescenta a prima de Eliseu, “frequentavam a casa um do outro. Não sei o que deu neles para brigarem. Eram muito educados, calmos e quietos. Não sei o que aconteceu”.

Quanto ao Maiuca, foi encaminhado à Curadoria de Menores mas, segundo informações chegadas à nossa redacção, por se tratar de um menor, não pode responder pelo crime, por se tratar de um inimputável. O rapaz faz 16 anos em Setembro próximo e se fosse daqui a um mês, altura em que a nova legislação relativa a crimes de menores entrar em vigor, ele poderia ir para a prisão pagar pelo que fez. Resta-lhe por isso o peso da sua consciência.

Diante do ocorrido, muitos pais e encarregados de educação põem em questão a segurança dos filhos dentro da própria escola e criticam a falta de uma lei penalizadora para os adolescentes que cometem esse tipo de crime. Sobre a segurança na escola, a coordenadora do programa Escola Segura garante que toda a área envolvente está a ser patrulhada, mas que “nada pode fazer quando a violência ocorre dentro dos estabelecimentos de ensino. Isso já é da responsabilidade de cada Liceu”.

Mais, tanto a directora do Liceu Cesaltina Ramos como o presidente da Associação Zé Moniz, fizeram questão de lembrar que a violência é levada para as escolas. Começa

na própria comunidade, pelo que lutar contra esse mal deve ser tarefa de todos. Aliás, Manuel Faustino alertou para o perigo de se ampliar esse tipo de acontecimento por parte da comunicação social, o que poderá levar ao pânico e fazer as pessoas acreditarem que a violência está generalizada nas escolas. Felizmente, não é o caso, pois segundo um estudo elaborado no ano passado pela AZM, “os jovens se sentem seguros na escola”. “Este caso e mais outros cinco ou seis que terão acontecido nas escolas são casos isolados e só podem ser vistos como tal”, diz Faustino.

Refira-se que a Escola Técnica da Praia prestou na segunda-feira passada uma última homenagem ao aluno Eliseu. Os manifestantes fizeram uma marcha silenciosa, percorrendo o bairro de Achada de Santo António, Avenida Cidade de Lisboa até Vila Nova, onde a vítima residia.

Abalo em Santa Cruz

Entretanto, notícia de última hora dá conta da morte de Jovelina Oliveira, uma contadora da Electra, cuja idade ronda os 30 anos, que foi esfaqueada por volta das 22 horas de quarta-feira por um encapuzado. Gravemente ferida, Jovelina acabou por morrer ontem à tarde. Presume-se que este acto poderá estar ligado à actividade profissional da extinta ou então relacionado com algum motivo passional.

Moedas encontradas em casa de doente mental

Funcionários da Câmara de S. Vicente, da Delegacia de Saúde e da Polícia Nacional envolvidos numa operação de limpeza à casa de Toi Galinhonha, um doente mental que angaria moedas pelas ruas do Mindelo, foram encontrar uma pequena fortuna aí guardada. No meio da

montanha de entulhos acumulados no pequeno espaço, havia moedas de dez escudos armazenadas em duas latas de leite e num saco de sal. As latas ultrapassaram o quilo de peso e, além das moedas, continham ainda cinquenta notas de cem escudos, já fora de circulação.

Parte considerável do dinheiro já está, aliás, fora de circulação mas, segundo uma fonte policial, foram recolhidas moedas actuais no valor de 41 contos. “São moedas que ele recolhia na rua e guardava, assim como guardava uma série de coisas”, explica o Chefe de Esquadra de Monte Sossego.

Esta foi a unidade policial envolvida na operação que visava limpar a residência onde “Toi Galinhonha” vive, no “bairro do sindicato”, em Fonte Francês.

O dinheiro recolhido foi guardado num cofre da edificação e a casa fechada, devido à quantidade de lixo encontrado no seu interior.

Funcionário demitido da CM dos Mosteiros

Alberto Gonçalves, funcionário da co-secção do Imposto Único sobre o Investimento na Câmara dos Mosteiros foi despedido na última semana, por alegadamente não ter dado entrada nos cofres municipais do dinheiro que recebeu de um morador referente ao pagamento da licença para construção de uma moradia.

Segundo fontes de A Semana, actos desta natureza já teriam acontecido mais vezes e com o mesmo funcionário. Na primeira vez Alberto Gonçalves foi punido com uma pena de suspensão, ficando alguns meses sem trabalhar. Mas agora, os 15 mil escudos que recebeu para atribuir a licença de construção valerem-lhe o despedimento por justa causa. A referida autorização seria destinada a Natálio Lopes, morador em Corvo.

Uma das pessoas que também teria passado pela mesma situação contou a este jornal que muitas vezes entregou dinheiro ao jovem funcionário por

uma questão de confiança. Curiosamente, estes pagamentos não são feitos na secção onde Alberto Gonçalves trabalhava, o que levanta dúvidas sobre a razão de ele ser o intermediário do pagamento. O requerente Natálio Lopes, ao que tudo indica, ter-se-ia deslocado à Câmara Municipal para buscar os documentos e não encontrou nem o funcionário, que se encontrava de férias, nem os papéis. O assunto, esteve na agenda da reunião da Câmara da última sexta-feira, 26, e terminou com o despedimento.

A Semana soube que Natálio Lopes recebeu os seus documentos e que a Câmara Municipal deliberou que fosse descontada no salário do Alberto a quantia de 15 mil escudos. Vizinhos avançaram que Alberto Gonçalves quer agora reclamar junto do Tribunal. Até ao fecho desta edição, não foi possível ouvir a reacção dos responsáveis da Câmara Municipal.

Nicolau Montrond Centeio





Carnaval já aquece Fogo e Brava

Os grupos de Carnaval na ilha do Fogo já anunciaram a chegada da festa do rei Momo nas ruas de São Filipe. A novidade é o regresso do histórico grupo *Fogo em Chama*, vencedor do concurso em 2005, que vai este ano competir com o Faixa da Terra pelo primeiro lugar na passarela.

Depois de um 2006 sem Carnaval, a ilha do Fogo volta a festejar o Entrudo. Este ano apenas dois grupos vão desfilhar pelas ruas de São Filipe: Faixa da Terra e Fogo em Chama. Em jeito de ante-estreia, as duas baterias exibiram no passado domingo, 28, um pouco do que pretendem apresentar no dia do Carnaval propriamente dito, a 20 de Fevereiro – foi uma longa batucada que percorreu quase toda a cidade.

Neste momento, os dois grupos estão a trabalhar a todo o vapor para estarem ao mais alto nível na festa do Rei Momo. Entretanto, pelo caminho, o presidente do *Faixa da Terra*, Manuel Salvador Delgado, vai denunciando algumas dificuldades e a falta de apoios

para os grupos carnavalescos de São Filipe. Mas promete todo o empenho e dedicação possível para mostrar que Fogo também tem Carnaval de qualidade. O Faixa da Terra vai desfilhar com 250 figurantes.

O Fogo em Chama, por sua vez, pretende levar às ruas de São Filipe mais de 300 foliões. O presidente deste que é o grupo cultural e recreativo mais antigo da cidade (fundado em 1976), promete muitas surpresas e acredita que pode reconquistar o primeiro lugar. Mário Lopes não deixa, no entanto, de criticar a postura da CM de São Filipe, “*que não apoia as acções culturais*”, lembrando que até hoje o Fogo em Chama ainda não recebeu o prémio de 180 contos referente a 2005. Lopes lamenta ainda o escasso apoio das empresas, facto que, segundo ele, está a afectar o carnaval fogueense. Por causa disso, aliás, um outro grande grupo de São Filipe, *Fantasia*, cancelou a sua participação no desfile em 2007.

Nos Mosteiros, a festa do Entrudo está por conta dos grupos *Renascença da Cultura* e *Faixa da Terra de Fajãzinha e Murro*, respectivamente.

Maravilhas, Os Amigos e Fire são os dois grupos que vão brincar o Carnaval na ilha Brava. Um dos responsáveis do grupo *Fire*, Amélia “*Magui*” Veiga, avançou que este ano o seu grupo conta com um maior número de participantes: o sucesso do ano passado “*oblige!*” “*Apresença dos jovens nos ensaios é enorme e contamos com a participação de 300 figurantes*”, diz Magui, cujo grupo escolheu a paz para seu tema de desfile.

O *Maravilhas*, por seu turno, preferiu retratar o ambiente, apelando à sua protecção, sobretudo no meio rural. Entretanto *Os Amigos*, por ser “*meramente tradicional*”, segundo a presidente Fernanda Burgo, não tem um tema específico. Vai desfilhar em Nova Sintra com aproximadamente 50 figurantes, na sua maioria pessoas com mais anos de vida.

Nicolau Montrond Centeio

LUXEMBURGO FACILITA PEDIDOS DE VISTO

Os cabo-verdianos com familiares radicados no Luxemburgo têm agora a via facilitada na hora de quererem juntar-se aos seus entes queridos que vivem naquele grão-ducado da Europa. Com a abertura, na semana passada, da representação diplomática luxemburguesa na Praia, os pedidos de concessão de vistos passam a ser encaminhados directamente àquele país, acabando assim com o demorado “*castigo*” que o encaminhamento do processo via Embaixada da França acarreta.

O Luxemburgo vai também facilitar o acesso às pessoas que vivem na região Norte, enviando regularmente a São Vicente uma funcionária da Embaixada para recolher os pedidos de visto. Entretanto, é de salientar que a representação diplomática luxemburguesa apenas aceita pedidos de visto para reagrupamento familiar, isto é, por parte dos cabo-verdianos que queiram juntar-se aos seus parentes, ou cônjuge, no Luxemburgo. Os vistos de turismo vão continuar reservados à apreciação da Embaixada da França.

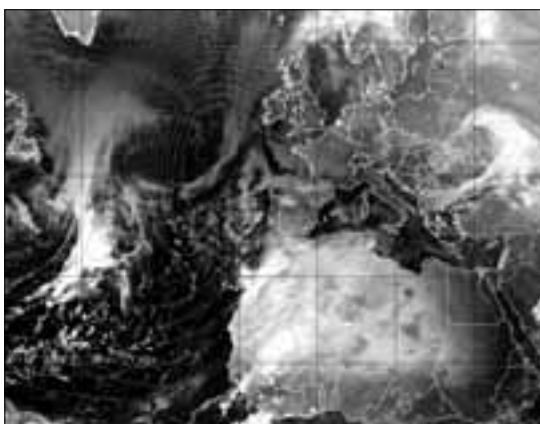
Esta facilitação no acesso aos vistos resulta da visita que o ministro luxemburguês da Co-Operação e Acção Humanitária efectuou a Cabo Verde na passada semana. Durante a sua estada nas ilhas, Jean-Louis Schiltz reuniu-se com Victor Borges, visitou o primeiro-ministro e o presidente da República e presidiu à abertura da missão diplomática do seu país em Cabo Verde.



Sexta-feira, 2 de Fevereiro de 2007

asemana

Frente fria provoca chuvas fortes, granizo e trovoadas



Cabo Verde registou uma mudança brusca de temperatura no início desta semana, mais precisamente entre segunda e quarta-feira, devido à passagem de uma frente fria no sentido Sudoeste/Nordeste. A informação foi avançada ao A Semana pelo meteorologista José Augusto Piedade, que confirmou ainda a queda de chuvas fortes acompanhadas de trovoadas, sobretudo nas regiões mais altas do sul e ocidente do arquipélago. No Fogo até granizo caiu.

A frente fria que passou por Cabo Verde causou chuvas fortes na Praia (9,4 mm), no Sal (8,6 mm) e noutras ilhas do arquipélago. Mais raro, e por isso inusitado, foi a queda de granizo em Chã das Caldeiras e Vila de Cova Figueira, no município de Santa Catarina do Fogo.

O INMG, segundo José Augusto Piedade, ainda não possui dados definitivos, mas informações avançadas pela estação meteorológica instalada no Parque Natural do Fogo dão conta de que, a par do

granizo, na Chã das Caldeiras se registou uma precipitação de 26 milímetros e uma queda brusca de temperatura, chegando aos 10 graus centígrados.

José Augusto Piedade explica que a mudança no tempo “*foi provocada pela advecção de ar frio, coadjuvado por uma crista de altitude no interior da África. A advecção formou um sistema frontal, que produziu chuvas fortes, granizo, relâmpagos e trovoadas*”.

Constância de Pina

GERAL

Ao hospital de S. Vicente foi dado o nome de Hospital Baptista de Sousa, salvo erro em 1977.

O motivo por que apareceu tal designação, pouca gente, sobretudo, a juventude de hoje, conhece, pelo que, como penso, torna-se necessário que se saiba.

Dois anos após a tropa expedicionária portuguesa se ter instalado em Cabo Verde, foi destacado para S. Vicente um grande médico, capitão José Baptista de Sousa, distinto cirurgião que permaneceu nesta ilha durante dois anos. Em pouco tempo viu-se que se tratava dum cirurgião relativamente novo, mas com muita experiência no ramo escolhido. Durante a sua estada nesta ilha, fez, sempre com sucesso, 300 operações, não se tendo verificado nenhum óbito, caso que se não dera com outros cirurgiões do hospital.

A designação acima mencionada foi justamente conferida ao dito hospital, construído em 1899.

Não resisto à tentação de contar o seguinte, a respeito do digníssimo cirurgião:

Segundo me disse o malgrado João Cardoso, funcionário das finanças ao tempo, de baixa categoria, foi visitar um amigo que se encontrara bastante doente, o qual manifestou a vontade de ser visto pelo Dr. Baptista de Sousa, mas não sabia como.

Cardoso, corajoso como era, foi falar ao mencionado médico, que, com o sorriso de sempre, o recebeu bem, tendo ido à casa do doente. Viu-o e mandou uma ambulância ir buscá-lo, pois precisava de ser operado de urgência. Feita a operação, dias depois o homem teve alta e seguiu para a casa de onde viera, com a saúde restabelecida.

Se o médico, na sua qualidade de racionalista, numa forma geral, nada cobrava pelas operações, em virtude de ser bastante desligado das coisas materiais, está claro que ao pobre amigo do Cardoso, nada levou.

Muita gente assistiu ao discurso do também ilustre e saudoso Dr. José Duarte Fonseca, aquando da designação do nome dado ao Hospital de S. Vicente.

Assisti e apreciei imenso aquilo que ouvi da boca de outro bom operador.

Fica-se, assim, a fazer uma pequena ideia de quem foi o Dr. José Baptista de Sousa, que mereceu fosse dado o seu nome ao hospital de S. Vicente.

Os que, como eu, conheceram esta grande figura de cirurgião, nunca o esquecerão.

Firmo Pinto

A VOZ DE SANTO ANDRÉ (Fórum Santo André e o futuro)

“Algumas poucas pessoas, em alguns poucos lugares, fazendo algumas poucas coisas, podem mudar o mundo”.

(Autor Anónimo, Muro de Berlim, citado por Valter Silva. 2006)

Santo André dá voz não na qualidade de sagrado, mas sim enquanto freguesia.

Santo André é uma freguesia situada na parte ocidental da ilha de Santo Antão, Concelho do Porto Novo, com uma superfície de 118,38 km² e sete anos atrás tinha uma população de 3.674 habitantes (censo 2000), distribuída por várias povoações. É uma das principais zonas agrícolas da ilha, que terá contribuído grandemente para a fixação da população aquando do povoamento da mesma, tratando-se de um dos vales que abundavam em água de superfície, utilizada na agricultura de regadio. A sua capacidade de produção, principalmente no sector agro pecuário, permitiu-lhe ser sede do Concelho do Paul nos finais do século XIX (1891), abarcando todo o território dos actuais concelhos do Paul e do Porto Novo (612,3 km²), ou seja, mais de 3/4 da superfície da ilha (FERRO, Maria Haydée. 1998).

Ansiando elevar-se esta freguesia à categoria de concelho, alguns nativos realizaram o “FÓRUM SANTO ANDRÉ E O FUTURO”, no dia 25 de Novembro passado, com o principal objectivo de debater o futuro desenvolvimento da mesma.

Do fórum saíram dezanove recomendações, pelo que vou apresentar apenas alguns extractos, de forma resumida, para economia de espaço: destacou que as potencialidades materiais e humanas da freguesia justificam a sua elevação a município, com o envolvimento de todos, contando com a afectação de recursos por parte do governo, tratando-se de uma mais-valia para a ilha; “à semelhança de outros cantos do País onde foram criados novos municípios, a freguesia de Santo André deve ser elevada à categoria de município, tanto é que não existem critérios jurídicos que impeçam tal intenção”... sublinhou que “há desigualdade na distribuição de recursos materiais e humanos no país, por causa da concentração excessiva do poder, de uma forma geral, e isso desequilibra o desenvolvimento do país, ... introduz fortes elementos de perturbação no sistema, conduzindo ao abandono de partes importantes do território”, concluiu que isso se deve “à política desajustada da organização do território”; apontou ainda que “com a elevação dessa freguesia a concelho, haverá maior valorização das zonas rurais”, donde “boa parte dos quadros que gerem o país são originários”. Recomendou, finalmente, que “há necessidade de se definir um novo paradigma de desenvolvimento rural, sustentado pelas novas tecno-

logias de informação, ...enquadrado num sistema de planeamento devidamente estruturado, ...permitindo à localidade de Ribeira da Cruz de constituir-se num centro capaz de servir as povoações vizinhas, tornando-se na sede do município que surgirá da reestruturação do actual Município do Porto Novo, ...devendo, para isso, acelerar o processo de ordenamento e valorização das bacias hidrográficas da freguesia e dos acessos viários que ligam as várias localidades da mesma”.

A iniciativa de se realizar esse fórum terá surgido de um ressentimento da população da ilha de Santo Antão, em geral e de Santo André em particular, que está a sentir-se lesada pela forma como se está a organizar o território e tendo, como consequência, uma distribuição desajustada dos recursos do país, visto que só em 2005 foram criados cinco novos municípios no país: três em Santiago, um no Fogo e um em São Nicolau, esquecendo-se de Santo Antão, a segunda maior ilha do País.

A partir de então começou-se a reivindicar criação de novos municípios nesta ilha, visando estabelecer algum equilíbrio em relação às outras ilhas e, também, por uma questão de justiça. Equilíbrio que se deve estribar na distribuição de recursos, de mandatos nacionais e municipais, de serviços deslocalizados do Estado, de técnicos diversificados em área e grau académico, na construção de infra-estruturas básicas mas necessárias...

Como se pode aperceber, Santo André situa-se no Concelho mais disperso da ilha, o que impele os munícipes a deslocarem-se grandes distâncias para a cidade (centro de comércio e prestação de serviços) para tratar qualquer assunto: desde uma consulta médica, pedir uma certidão nos registos e notariado, fazer uma movimentação bancária, instruir um processo ou prestar uma declaração no tribunal, etc, etc, enfim, quase tudo.

COMPARAÇÃO ENTRE A FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ E ALGUNS CONCELHOS DO PAÍS.

Relativamente à superfície, a freguesia de Santo André tem 118,38 km², cerca do dobro da superfície do Concelho do Paul e da ilha Brava (com 54,3 e 64 km², respectivamente), próxima da área da Ribeira Grande de Santo Antão (166,7 km²), mais de metade das áreas das ilhas do Sal e São Vicente (com 216 e 227 km², respectivamente); em relação à população, com 3.674 habitantes, esta freguesia está próxima da ilha da Boa

Vista (4.193 habitantes) e com mais de metade das ilhas do Maio e da Brava (com 6.742 e 6.820 habitantes, respectivamente) ...

Agora, a expectativa da população da freguesia é que as recomendações saídas do fórum servirão, certamente, para se exigir do Governo e da Assembleia Nacional (e sensibilizar o presidente da República para) a criação desse município.

Porém, a iniciativa teve infelicidade de se realizar perante um membro do governo que se tinha revelado contra a criação de municípios em Santo Antão alguns dias antes num fórum em que se estava a debater o municipalismo em Assomada, Santa Catarina, ao chamar a um deputado da nação de bairrista por este ter proposto a criação de novos municípios nesta ilha. Felizmente, indo na linha do governo, ou seja, cumprindo a missão que foi enviada, no encerramento do mesmo ela foi coagida a se manifestar um tanto ou quanto favorável.

Como ficou demonstrado acima, a criação desse município, para além de proporcionar algum equilíbrio na divisão territorial, minimiza o grande problema da dispersidade do município do Porto Novo, chega os serviços mais próximos da população (que é um dos objectivos deste governo). Ribeira da Cruz dista 36/37 kms da Cidade do Porto Novo (aproximadamente a mesma distancia Porto Novo - Ribeira Grande). A sede do novo município, a ser criado, situar-se-á nessa localidade. É a zona de maior acessibilidade de todas as localidades da freguesia.

Resta, agora, aos promotores dessa iniciativa investirem em Maria Helena (“Nha Bailia de Ribeira da Cruz”), que não tem problemas em falar pela rádio, para publicitar e sensibilizar a opinião pública da necessidade da criação desse município.

Todavia, para proporcionar o equilíbrio territorial entre as ilhas não basta criar o município de Santo André. Torna-se, pois, necessário criar outros, penso eu, no Concelho da Ribeira Grande, oxalá na freguesia de São Pedro Apóstolo! O que importa é encontrar uma solução para estabelecer esse equilíbrio territorial.

Santo Antão está a participar na transformação do país, por isso deve e merece ser enquadrado nessa nova forma de organização do território. A população espera e agradece.

Bem-haja novos municípios de Santo Antão.

Manuel Mota
manuelsmota@hotmail.com
Praia, 13/01/2006

RELEMBRANDO PADRE PIO

Conheci o Padre Pio, na ilha Brava, uns meses antes da Independência de Cabo Verde. Preparava-se a Assembleia Constituinte para a Proclamação da Independência e o PAIGC queria patrocinar todas as listas para deputados. Fora à Brava com o propósito de evitar que o Nhô Tuca apresentasse uma lista de deputados independentes. Tarefa difícil, se tivermos em conta que regressava de Portugal após vários anos de ausência, que era a minha primeira visita à ilha e que o ambiente político ali reinante era muito pouco favorável ao PAIGC, para não dizer à própria independência de Cabo Verde.

Carlos Tavares era ao tempo o responsável pelo PAIGC na ilha. Colaboravam com eles alguns camaradas. Dentre estes destaque o Ulisses, conhecido por Fogo, antigo preso político da Colónia Penal de S. Nicolau em Angola. Refiro-me ao Fogo porque foi por seu intermédio que conheci o padre Pio. Tavares dizia-me convicto que era muito difícil demover o Nhô Tuca da sua decisão. E o que mais dificultava a minha tarefa era a pouca capacidade de manobra existente. Fogo afirmava, amiúde, que quem estava por de trás de toda a questão da lista dos deputados independentes era o padre Pio.

Seja como for, numa bela tarde bravense, quando fazia mais uma ronda pela vila, na intenção de me encontrar com o Nhô Tuca e saber como ia o assunto da lista dos deputados independentes, deparei com um grupo de pessoas num empolgante diálogo. À minha chegada, o amigo Fogo discutia com alguém cujo aspecto era de padre capuchinho. Vendo-me, pôs-me ao corrente da situação e fez uma referência especial à presença do padre Pio.

Continuou-se a discussão e apercebi-me da força dos argumentos do padre Pio. Decidi intervir para ajudar o Fogo. A minha atitude levou o padre Pio a modificar o seu discurso. Não me interessava prosseguir

a discussão e creio que também isso lhe agradava. Acabámos por harmonizar os nossos pontos de vista e finalmente fizemos a nossa apresentação.

Anos mais tarde, fui nomeado cônsul-geral de Cabo Verde nos Estados Unidos e para minha surpresa o padre Pio era quem se ocupava dos fiéis cabo-verdianos em Boston, sede do Consulado. De início tive receio de enfrentar alguma perturbação hostil na comunidade, pois sabia da grande popularidade que tinha no seu seio, sobretudo em Boston e arredores, onde uma boa parte dos imigrantes cabo-verdianos era originária do Fogo e Brava, ilhas em que o padre Pio exercera, com mestria, o sacerdócio por largos anos. Debalde o meu receio. O nosso reencontro fez nascer uma forte amizade e o profundo reconhecimento de que padre Pio era um baluarte da cabo-verdianidade. De facto, poucos terão feito tanto pelos cabo-verdianos, como este capuchinho italiano que, dos 24 aos 75 anos, se dedicou exclusivamente a Cabo Verde, com realce para as ilhas do Fogo e Brava.

A comunidade cabo-verdiana nos Estados Unidos, especialmente em Massachusetts, perdeu com o desaparecimento físico do padre Pio um dos seus maiores suportes. Padre Pio era um verdadeiro pastor das ovelhas cristãs cabo-verdianas naquele estado e arredores. A sua intervenção não se restringia ao domínio espiritual. Era um excelente conselheiro social e familiar, para não dizer um intrépido advogado da causa crioula em todas as circunstâncias. Ademais, era um profundo religioso e excelente psicólogo. Padre Pio conhecia a mentalidade cabo-verdiana, o que lhe permitia prever, prevenir e orientar adequadamente. Como cônsul-geral de Cabo Verde nos Estados Unidos e sediado em Boston, eu que o diga! Quantas acções conjuntas em benefício da comunidade cabo-verdiana não foram realizadas sob a sua inspiração?!

Não é tarefa fácil falar de padre Pio. Muito menos falar da grandiosidade da sua obra em prol da comunidade cabo-verdiana. Porém, se hoje me atrevo a escrever essas notas, faço-o com profunda mágoa e pleno reconhecimento de que com a sua morte, perdi um amigo especial e a comunidade cabo-verdiana nos Estados Unidos teve um prejuízo irreparável. Escuso-me de enumerar as suas várias actuações em colaboração com o Consulado-Geral de Cabo Verde ao tempo, tão-pouco pretendo referir-me ao que é do conhecimento de todos os cabo-verdianos: a sua inextinguível entrega à comunidade cabo-verdiana, executando tudo o que era servir, alheio a qualquer intempérie. E o que mais impressiona é que em toda esta circunstância, estava sempre satisfeito e nunca regateava uma palavra de conforto. Se nada mais aprendi com o padre Pio, de uma coisa estou certo, ensinou-me a ser humilde e a não ter apego aos bens materiais.

Nunca quis saber se era um católico praticante ou não. Pouco ou nada lhe afectou saber que os meus filhos não eram baptizados. Em nenhum momento do nosso convívio me manifestou o menor ressentimento por ser obrigado a servir a comunidade cabo-verdiana nos USA e não em Cabo Verde, como era seu desejo. Assistiu-me em tudo quanto fosse necessário no desempenho das minhas funções de cônsul-geral de Cabo Verde em Boston. Mesmo em coisas triviais, fosse a sua presença um suporte, lá estava o incansável padre Pio. Quantas vezes não se deslocou ao consulado para a nós discutirmos as melhores acções a empreender com vista a pôr cobro a uma ou outra conduta menos meritória da comunidade cabo-verdiana! Nunca se coibiu de solicitar a presença do Consulado se entendesse que tal fosse melhor para a comunidade cabo-verdiana.

Padre Pio foi mais que um represen-

tante oficial de um Estado cujo nascimento determinou a sua saída de Cabo Verde. Foi mais que qualquer Cônsul, Embaixador ou simples representante religioso. Foi sem dúvida um verdadeiro padre, mas foi também um amigo, um defensor oficial tanto no tribunal como na polícia, um conselheiro social e familiar, um trabalhador incansável em benefício da comunidade, alguém que com ela partilhava os seus sucessos e fracassos, quem em vida sempre assistia o cabo-verdiano, mas que o acompanhava também, mesmo depois da morte, até à última morada. Padre Pio soube sempre ser um verdadeiro consolador nos momentos de aflição, numa palavra, foi um autêntico guia da comunidade cabo-verdiana nessa região dos USA, durante os seus anos de vida nesse país.

Enquanto estive como cônsul-geral em Boston, sugeri ao governo que lhe fosse concedida a cidadania cabo-verdiana ou que fosse condecorado pelos excelentes serviços prestados à comunidade, tanto em Cabo Verde como nos USA. Terminei a minha comissão sem ver realizado o meu desiderato. Todavia, conforme informações recentes, o governo atribuiu-lhe, a seu tempo, a nacionalidade cabo-verdiana e posteriormente foi condecorado pelo então presidente da República, com a Medalha do Vulcão. Nada mais merecido. Porém, hoje assumo que o nome de padre Pio também deve figurar tanto no património cultural como na toponímia de Cabo Verde. Os relevantes serviços prestados à Nação cabo-verdiana, no país ou na diáspora, assim o exigem. Padre Pio deve ser parte integrante da moderna história de Cabo Verde. Só assim seria pago um tributo de qualidade a este humilde capuchinho, italiano no ser e cabo-verdiano no existir, cuja saudosa memória o povo simplesmente retém como "Nhô Padre Pio".

Viena aos 22 de Janeiro de 2007.

Tacalhe

Recordando um amigo - Djack Santana

A amizade é algo que não se compra, não se empresta e não consta que haja decretos ou despachos que a imponham. Surge sim, mas nunca por acaso. E a nossa surgiu cedo. Embora não tivéssemos sido colegas de classe, fomo-lo sempre no decorrer do tempo e em muito espaço.

O liceu Domingos Ramos estava em gestação, em fase ainda longínqua. Estudávamos na antiga Casa Serbam, no seu segundo piso. Era aí o liceu e foi onde começámos um percurso em comum.

Passaram-se anos e quis o acaso que nos encontrássemos em horizontes e latitudes diferentes. Aconteceu em Coimbra. Ele em Bencanta, eu na Rua do Norte. Aqui, vejo-me obrigado a suspender a escrita, porque o poder da emoção supera a vontade de querer ser forte.

Tudo isto para me referir ao meu amigo de peito, irmão que, sem o sermos de sangue, éramos de facto. Assim nos tratávamos.

O DJACK SANTANA.

De seu nome próprio Joaquim Gomes Santana. Folgazão, exuberante no estar, elegante no porte e de fino trato.

Acabo de receber a triste e fatídica notícia do seu desaparecimento físico. Fiquei por momentos estupefacto. Mas depois de muito custo e maior reflexão acabei por cair na realidade. A vida, curta ou longa, não depende de nós, muito embora para isso possamos e devamos dar a nossa contribuição.

Quis o destino que a dele terminasse agora. Não soube como, nem porquê. Não importa. Só sei que perdi um amigo de peito e de verdade. Como poucos.

Como já acontecera com o Graça, o Lico, o Dick. Refiro-me apenas a estes por terem sido do nosso grupo mais apertado. Que estes te recebam bem, caro amigo.

Por cá, de entre os irmãos que ficaram, mesmo não de sangue, associo-me ao Betinho (Mota Gomes) e a outros que me contactaram, para te dizer adeus e rogar que a terra te seja leve.

À família enlutada, em especial ao Santaninha (Cândido Santana, teu irmão de sangue e nosso companheiro), as mais sentidas condolências.

Praia, 30 de Janeiro de 07
Oscar Ribeiro

Sector do Loto

Concurso N°2007/04 de 28 de Janeiro de 2007

TOTOLOTO

Números Extraídos: 6 - 13 - 24 - 26 - 34 - 44

1.º Prémio.....1.942.114,00.....0.....(JACKPOT)
2.º Prémio.....291.516,0023.....12.674
3.º Prémio.....437.274,00.....255.....1.714

JOKER

Número Premiado: 093571

1.º Prémio.....2.073.563,50.....0.....(JACKPOT)
2.º Prémio.....88.996,60.....0.....(JACKPOT)
3.º Prémio.....103.494,90.....3.....34.498
4.º Prémio.....172.491,50.....34.....5.073

Previsão para esta semana (Concurso 05 de 04-02-07)

TOTOLOTO

2 700 000\$00

JOKER

2 500 000\$00

Pode ser esta a semana da sua sorte. JOGUE!

CIDADANIA EM FOCO

Ao fazer estas linhas, preocupo-me fundamentalmente com o futuro das nossas crianças e jovens, mas também com a estabilidade social no nosso país. Vimos assistindo há já algum tempo, a questões ligadas à violência nas escolas, apesar de todas as precauções e medidas tomadas não só pelas autoridades nacionais, como pelos próprios Estabelecimentos de ensino.

Penso que não devemos falar só da violência nas escolas, mas sim na sociedade. Se analisarmos bem os casos que têm acontecido e a vida familiar em Cabo Verde, verificamos que muitas vezes, os casos violentos começam nos nossos bairros, na nossa comunidade e alongam-se ao espaço escolar, onde é muito mais fácil o “ajuste de contas”, não porque os responsáveis escolares não sejam capazes de o impedir, mas porque desconhecem os casos iniciados noutros espaços. No bairro, a família e os vizinhos estão presentes, acompanham de perto as desavenças e são muito mais interventivos, evitando que o pior aconteça. Calculo a dor das famílias que perderam os seus ente-queridos, sem nada poderem fazer!

Pensarão os leitores, com certeza, o que quero dizer. Pois bem. É tempo de darmos mais atenção à organização familiar. Muitas formações, muitas palestras, muitos workshops, se vão fazendo, mas falta “entrar” nos bairros (muitos deles conhecidos meus, pela minha profissão), onde a vida quotidiana se desenrola, nem sempre da melhor maneira: Problemas familiares, que na

maior parte das vezes desembocam em violência, a que assistem as crianças e adolescentes, o que a meu ver, influencia os menores, pensando que é normal agirem como os pais ou familiares.

Não me esqueço, por exemplo, de uma cena por mim presenciada em frente à “Morada de todos nós”, aqui na Cidade da Praia, onde os pais de uma criança discutiam violentamente e ela de uns 5/6 anos, assistia. Que fará esta criança mais tarde? Agirá da mesma forma? Poderão dizer que aqui entra a escola, na sua formação. Tudo bem. A Escola tem um papel muito importante na formação dos educandos, mas onde fica o papel da família? Daqui a alguns anos, teremos com certeza, uma sociedade muito mais formada e informada, mas até lá é preciso fazer algo a nível familiar.

Pretendo com este artigo, dar o meu contributo, não só como educadora (de profissão), mas também como deputada da Nação. Como educadora, foram muitos anos de docência, desde o Ensino Básico até ao Secundário (na medida em que a minha primeira formação foi no Magistério Primário (de então) e deparei-me muitas vezes com situações embaraçosas, que me levavam a ter duas atitudes: falar em particular com o(a) aluno(a), aconselhando-o(a), ou ir à casa dele(a) e sentir “in loco”, o pulsar da vida comunitária no seu bairro. E, digo-vos caros leitores, que foram atitudes que me ajudaram a traçar o melhor caminho para apoiar os

meus discentes. Quanto à 1ª situação, na maior parte das vezes, diziam-me os(as) alunos(as), que nunca ninguém lhes tinha chamado a atenção para as questões em causa. Deparei muitas vezes com quadros familiares que só poderiam influenciar negativamente os seus educandos. Que fazer então? Eis a questão prática que se me colocava!

O que me preocupava mais, era o facto dos pais encarregados de educação dos(as) alunos(as) mais “problemáticos(as)”, nunca comparecerem às reuniões de pais e nem aos encontros semanais com o director de turma, que tem todos os dados sobre os alunos da turma que dirige. Compareciam sempre os pais dos alunos sem problemas e com melhores notas. É de se ter sempre presente que os percursos e o quotidiano dos alunos são diferentes e perante este facto, a atenção individual é importante.

Voltemos à responsabilidade dos organismos envolvidos na problemática familiar em Cabo Verde. Não chega falar-se do Ano da Família. É preciso fazer mais, para que as nossas crianças e adolescentes tenham um acompanhamento eficaz, através de acções dirigidas à família, até que a nova geração que agora desponta, tenha já uma outra mentalidade quanto ao exercício da cidadania. Sei que Algumas ONGs têm feito um trabalho meritório, mas então pergunto: Onde está a falha?

Proponho aos nossos(as) sociólogos(as) (e acho que já temos muitos e bons profissionais), uma intervenção nestas questões, aos Órgãos de comunicação social, em especial

às nossas Rádios, à TCV e às outras televisões que se vierem a implantar, programas educativos, não só direccionados à criança, à juventude, mas também à família. Aos Organismos estatais, às ONGs, mesas – rondas, palestras debates, com um público heterogéneo, não só os(as) cidadãos(as), pessoas com formação superior ou médio, mas outras “caras”, com muita sabedoria popular, que poderão dar o seu testemunho e pistas para que os serviços competentes possam actuar eficazmente. Aos agentes culturais, sugiro, peças de teatro, mais literatura infanto-juvenil e outras actividades, por ex. musicais, que a meu ver têm um papel pedagógico e formativo.

A mim (sim, porque não posso ficar de fora), aos meus colegas, encontros nas Escolas com as respectivas direcções, com os encarregados de educação e reforço das visitas aos círculos eleitorais, onde poderemos “in loco”, observar e escutar os moradores dos bairros e em seguida, fazer o nosso trabalho para que fomos eleitos.

Penso que todos juntos e num acto de cidadania, podemos dar a nossa contribuição, para uma vida familiar mais equilibrada, para o bem de todos os Cabo-verdianos, dentro e fora do país.

Digamos não à violência. Cultivemos a paz, a harmonia, o bem-estar da nossa população. Façamos do Ano de 2007, o Ano da Família, de facto!

Praia, 29 de Janeiro de 2007

(Hermínia Curado Ferreira)

(Professora de profissão), Deputada da Nação, Escritora

semana Sexta-feira, 2 de Fevereiro de 2007

Ponto de Vista

MONSTRO NA MARGINAL

Quando a comunicação social fala da Lajinha, fica-se com a ideia de que ela é a única praia da cidade.

É estranho, pois não há ninguém que não conheça a “praia da Cova de Inglesa”, a “praia de Lazareto”, ou a “praia de Catchorre”. E só não incluo a “praia de Bôte” porque, pela actividade ali exercida, não é possível pensar-se em utilizá-la como praia. Se um dia o mercado de peixe de lá saísse (não defendo que sim nem que não, mas é preciso pensar nisso), Mindelo teria mais uma praia. Cinco, só na cidade.

Uma autêntica riqueza, séculos adormecida.

Ainda há dias, estando um homem de negócios holandês a jantar num dos restaurantes (num 3º piso) da marginal, num fôlego de sonho à mistura com alguma desilusão exclamou: ai se esta Baía estivesse na Holanda! Era tanta coisa que iríamos fazer com ela!

Mas voltando a nós, a praia de Catchorre, com um outro nome, claro, é aquela que - livre dos esgotos - virá, um dia, a ser o grande “lago natural” de água salgada de Cabo Verde. E o que nele se poderá fazer, desde natação de lazer, competições de natação, ski aquático, vela, maratona aquática, surf, motos de água, enfim, todo e qualquer tipo de actividades aquáticas e de desportos náuticos não caberia aqui neste pequeno artigo. E é claro que isto só acontecerá, quando os iates libertarem o espaço e atracarem definitivamente nas marinas.

Quando definitivamente limpa, livre dos esgotos, das sucatas dos barcos e minimamente equipada e trabalhada, a praia de Cova de Inglesa transformar-se-á num verdadeiro conjunto de “tanques” para frescos e tranquilos banhos cabo-verdianos, tanto para idosos como para crianças e adultos.

Com o prolongamento da urbanização para aquela zona, a praia do Lazareto, na altura própria, também livre dos esgotos, irá ocupar o lugar que o espera na vida mindelense.

É só termos um pouco de mente aberta como outros povos, um pouco de imaginação, e principalmente um pouco mais de boa vontade e de energia no corpo.

Mas Lajinha tem particularidades.

É a praia mais movimentada do país. Tanto em número de frequentadores como em período de utilização. A qualquer hora do dia ou da noite e a qualquer dia do ano.

A TCV, infelizmente, nunca sabe captar estas coisas. Assim como nunca sabe captar as enchentes de iates fundeados na Baía do Porto Grande. Como não soube captar a grande plataforma petrolífera que aqui se encontrava e que à noite proporcionava um espectáculo jamais visto em Cabo Verde. Como não consegue captar correctamente baleias saindo ou tartarugas desovando nas praias de S.Vicente. Como nunca soube captar o Carnaval ou raramente se interessa por captar o concerto de um artista. Como, aliás, parece que não sabe fazer nada que mostre e enalteça as coisas boas e bonitas e os acontecimentos que se passam em S.Vicente. É preciso ser o Pulú, sozinho e ilegal, a fazer 10 vezes mais e melhor do que toda a equipa da TCV Mindelo (embora saibamos que não tem as melhores condições), que não corre atrás de nada. Se é chamada, vai cumprir e pronto.

Mas Lajinha pode ser muito mais do que aquilo que é actualmente. Reúne muitas qualidades que continuam escondidas.

Entretanto, na época de Verão, Lajinha começa a ser uma praia superlotada. Com lotação esgotada.

E há que precaver o futuro. Principalmente no que toca ao aumento da população. Tanto a residente como a dos turistas. E Lajinha tem condições para isso.

O grande entrave chama-se “ELECTRA”.

Durante muito tempo o orgulho de S.Vicente, após a construção das instalações no Lazareto, a Electra da Matiota transformou-se num autêntico “monstro” para S.Vicente.

Ninguém entende mais essa sua perturbadora localização.

Polui o ambiente residencial, não só com os fumos mas também com o barulho.

Mas o pior é que, impede o desenvolvimento de uma importante zona da cidade.

A Electra não só diminui enormemente o nível e a qualidade daquela zona, como também, enquanto ela lá estiver, será completamente impossível explorar as potencialidades da praia da Lajinha.

A Electra precisa sair dessa zona imediatamente. E não estou a dizê-lo em tom agressivo, mas sim em tom apreensivo. Se ficarmos parados, as oportunidades perdem-se. Passam ao lado.

As autoridades locais e centrais, em concertação, em diálogo, em parceria, também com a Electra, têm de encontrar uma saída com alguma urgência. Sem esquecer que a solução pode também passar pela parceria entre as autoridades, a população e possíveis concorrentes da Electra, caso essa se mostrar intransigente.

A Lajinha tem passado, tem presente e tem tudo para ser uma praia de futuro. Uma praia que contribua para o embelezamento, o enriquecimento e o desenvolvimento de S.Vicente e de Cabo Verde.

Suzete L. Santos

Presidente do imp contesta armador

Exma. Sra.
Directora do Jornal "A Semana"

Na sequência da publicação de um artigo na edição do jornal "A Semana", de 19 de Janeiro, sob a epígrafe "ABUSO DE PODER", da autoria do Sr. Francisco Teixeira, contendo afirmações falsas, graves e gratuitas, que atingem a minha pessoa e tratam de questões que, institucionalmente, estão ligadas ao desempenho do cargo que exerço, para que seja reposta a verdade dos factos e a opinião pública possa ser esclarecida, solicito, ao abrigo do direito de resposta que me assiste, que seja publicado o seguinte:

O Sr. Francisco Teixeira é proprietário e armador das embarcações denominadas "EIRENE" e "BEM DE MAR", sendo igualmente armador das embarcações de pesca "DIANA" e "PORTO AÇORES", estas já afundadas.

Acontece que, ao longo do ano de 2005, por sucessivas vezes, o Sr. Francisco Teixeira incorreu em infracções marítimas de que destacaremos as seguintes:

Relativamente ao n/p "DIANA", apesar das diversas interpelações e notificações feitas em Novembro/Dezembro de 2005 ao Sr. Teixeira para remover o navio do sítio onde se encontrava, em risco de se afundar, este acabou por se afundar junto à ONAVE, vendo-se a autoridade marítima em apuros para accionar os mecanismos administrativos para obrigar o Sr. Teixeira a remover o sinistrado navio do local de afundamento.

Igualmente, em finais do ano de 2005 o N/P "PORTO AÇORES" que se afundou no porto da Palmeira foi, após várias diligências da autoridade marítima junto do Sr. Francisco, retirado desse porto e conduzido para S. Vicente onde, junto do cais da Interbase, por negligência grave do proprietário, acabaria por se afundar, definitivamente, não tendo, até ao momento, sido retirado do local, apesar das insistências quer da Interbase quer da autoridade marítima, obstruindo a funcionalidade do cais, com prejuízos elevados para a empresa.

A 11 de Novembro de 2005 a embarcação "EIRENE" foi apreendida pelas forças policiais conjuntas da Polícia Judiciária, Polícia Marítima, Polícia de Emigração e Fronteira e Guarda Costeira pela tentativa de transporte clandestino de 38 cidadãos da costa ocidental Africana, caso esse entregue à Polícia Judiciária para investigação.

A 5 de Dezembro do mesmo ano, houve denúncia de que a referida embarcação "EIRENE" se encontrava junto ao farol de S. Pedro, estando o bote auxiliar da embarcação em movimentos suspeitos junto à praia de S. Pedro, tentando embarcar clandestinamente cidadãos da Costa Africana, tendo, de novo, a Polícia Judiciária e a Guarda Costeira acudido ao apelo da autoridade marítima para iniciar uma busca, o que foi feito através do navio patrulha "TAÍNHA", tendo sido apreendida a embarcação de borracha junto à praia de S. Pedro, que acabaria, dias depois, por ser devolvida ao Sr. Francisco, e a embarcação "EIRENE", apenas com o Sr. Francisco Teixeira e um contra-mestre a bordo, sido rebocada para o cais por se encontrar com avaria na máquina, facto que terá contribuído, de forma decisiva, para o fracasso da missão criminosa pretendida pelo Sr. Francisco.

Com esta última acção o Sr. Francisco transgrediu diversas normas de segurança da navegação, nomeadamente, porque a embarcação não tinha nenhum certificado válido, não se encontrava em condições de navegabilidade, o que, aliás, acabou por motivar a avaria na máquina, não tinha sido submetido a nenhuma inspecção, saiu do porto à socapa, sem desembarço e sem tripulação qualificada e efectuou uma operação de descarga de água misturada com hidrocarboneto, proibida pela regra 9 da Marpol, causando poluição marinha, sendo, por tudo isso, condenado a pagar a coima de 600.000\$00 por contra-ordenação.

Notificado para pagar a coima o Sr. Francisco não cumpriu o prazo, vindo a solicitar o pagamento em prestações, o que lhe foi deferido para ser pago em doze

prestações consecutivas de 50.000\$00 a partir de Abril de 2006.

O Sr. Francisco pagou a primeira prestação e não mais se dignou cumprir com as demais prestações, tendo, entretanto, adquirido uma embarcação pelo montante de 12.500.000\$00, o que demonstra não ter motivos para se recusar a pagar a coima que lhe aplicada.

Entretanto, tendo sido registado o N/P "Bem de Mar" em seu nome, o Sr. Francisco viria a solicitar vistorias ao mesmo, o que lhe foi indeferido, com a condição de que o serviço só seria prestado quando desse garantias do pagamento dos 550.000\$00 da coima ainda por pagar, medida que a autoridade marítima entendeu por bem tomar para levar o transgressor a cumprir com a obrigação, sendo certo que, como medida acessória, a autoridade marítima, face à gravidade das transgressões praticadas pelo Sr. Francisco, poderia ter, de acordo com o nº3 do art. 3º do Dec. Lei nº 43/98, de 7 de Setembro, procedido à interdição do exercício da profissão de armador ou da actividade relacionada com a contra-ordenação por parte do Sr. Francisco, o que não se fez, dando assim, mais uma oportunidade ao dito Senhor.

São esses os factos que o Sr. Francisco apoda de perseguição à sua pessoa, e que o levam a caluniar-me e acusar-me de abuso de poder e de incompetência, para além de outras gravosas acusações feitas já em carta dirigida a várias entidades públicas e privadas, as quais terão, certamente, o seu devido encaminhamento judicial, a seu tempo.

Finalmente, cumpre deixar bem claro que as medidas tomadas por mim, enquanto presidente do IMP, para combate à criminalidade marítima e aos actos de contra-ordenação, serão tomadas no estrito cumprimento das minhas obrigações e da lei e que não será com medidas de intimidação e de chantagem públicas, como as adoptadas pelo Sr. Francisco, que deixarei de as exercer.

Zeferino Calazans Fortes
Presidente, em exercício, do IMP

METEOROLOGIA E LEIS NÃO CUMPRIDAS

No artigo de opinião do passado dia 8 do corrente e publicado a 12, procurei transmitir, de forma breve e para quem quisesse informar-se e entender, algumas informações sobre a problemática das greves – três em tão pouco tempo – que os trabalhadores do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica pretenderam levar a cabo, a nível nacional.

Entretanto, porque aquando da elaboração do referido artigo ainda não havia qualquer posição assumida pelo representante do governo que tutela o instituto e nem pela administração da instituição achei por bem, hoje, como fizera anteriormente, avançar algumas outras informações complementares que reputo de capital importância para uma boa compreensão da ideia universalizada que se tem da METEO e que, sinceramente, se as leis neste país fossem respeitadas, outra coisa seria este serviço.

No artigo publicado no A Semana do dia 12, relativamente ao Decreto-lei nº67/94 de 5 de Dezembro e à Resolução nº54/2000 de 21 de Agosto, não fiz referências específicas nem citação aos seus conteúdos, pelo que hoje pretendo explicitar aspectos importantes neles contidos e que, de certeza, levarão as pessoas a uma outra compreensão e entendimento dos motivos que estão por trás do chamado imbróglgio das greves.

No que concerne ao papel de análise, interpretação, previsão e divulgação de resultados que cabe à Meteorologia face aos fenómenos atmosféricos e outros de natureza global que ocorrem incessantemente, quase todos intimamente ligados, posso afirmar, pelos conhecimentos que detenho dessa matéria, que hoje nenhum cidadão, ainda que no mais recôndito espaço do planeta, consciente da sua fragilidade e impotência face a calamidades de toda a ordem que impiedosamente o fustigam, deve ignorar o papel que cabe à ciência meteorológica em todo esse complexo processo. E se por acaso isso ainda possa estar a acontecer, não só é lamentável como cada um de nós tem a obrigação de prestar esclarecimentos

devidos a quem deles precise e a todos os níveis sobre a Meteorologia, para que cada um possa precaver-se contra perigos por demais insensíveis quanto iminentes.

Ora bem, entrando mais directamente no assunto desta crónica, importa esclarecer que o INMG provém duma evolução gradativa, de acordo com as responsabilidades que foi adquirindo à medida que o país também se foi afirmando a nível internacional, mormente no campo da aviação civil, de um (CMP) Centro Meteorológico Principal criado na Ilha do Sal em 1949 para um (SNM) Serviço Nacional de Meteorologia, posteriormente um (SNMG) com a adopção da componente Geofísica e hoje o INMG.

Pelo Decreto-lei nº67/94 de 5 de Dezembro, B.O. nº40 – I Série, num dos parágrafos do seu preâmbulo, o Governo ao se referir aos vários ramos da actividade do SNMG, nomeadamente a meteorologia aeronáutica, marítima, a climatologia, a hidrologia, a agrometeorologia, etc., "...reconhece a necessidade de dotar o SNMG de meios e mecanismos apropriados que lhe permitam acompanhar a evolução tecnológica e prestar um serviço fiável e de qualidade, em conformidade com as recomendações da Organização Meteorológica Mundial (OMM), de que Cabo Verde é membro" e como "...a morosidade que se verificava no levantamento das verbas destinadas ao seu funcionamento não compadeciam com o seu dinamismo, entendia que o SNMG necessitava de fundos próprios para a sua administração e que as facturações e cobrança respeitantes à Região de informação de voo do Sal (FIR) pelos serviços prestados à navegação aérea em rota, incluindo os inerentes à protecção meteorológica, se processam globalmente através da Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea – ASA" (sic). Já no artigo 1º do mesmo Decreto-lei, referia que "... A prestação de serviços inerentes à protecção meteorológica nos aeroportos e aeródromos, bem como na FIR, é feita a título oneroso e deve ser objecto de

contrato entre o SNMG e a ASA, aprovado pelo Ministro das Infraestruturas e Transportes" e no artigo 2º dizia que "... A percentagem sobre a facturação anual da FIR que cabe ao SNMG pela prestação de serviços inerentes à protecção meteorológica à navegação aérea em rota é inicialmente fixada em 10% (DEZ POR CENTO) da facturação do ano imediatamente anterior" e o artigo 3º reza que "... O montante acordado no artº2º é transferido pela ASA ao SNMG em iguais prestações trimestrais, no início de cada período, constituindo fundos administrados pelo SNMG". Termina aqui estas citações afirmando que nada do que atrás ficou dito foi ainda revogado ou alterado em uma vírgula sequer.

Continuando, ainda, o Governo de Cabo Verde a reconhecer a importância dos serviços prestados pela Meteorologia - **RESOLUÇÃO Nº54/2000, de 21 de Agosto, B.O. Nº25 – I Série, criava o INMG – Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica** -, reconhecendo-a como pessoa colectiva com **autonomia administrativa, financeira** e um desenvolvimento conforme as recomendações nacionais e internacionais. Porém importa ainda realçar que no parágrafo 4º do preâmbulo da citada **Resolução**, o Governo, a dado passo, diz que "... a viabilidade financeira da criação do INMG, que lhe permitira dispor dos meios e mecanismos apropriados para acompanhar a evolução tecnológica e humana, encontra-se desde já garantida pelas fontes actuais de receitas, já fixadas em diploma legal – como seja a percentagem sobre a facturação anual da FIR pela prestação de serviços inerentes à protecção meteorológica à navegação aérea em rota – **alargando-se a outros terceiros privados**, a partir desta data, com a facturação dos serviços prestados até agora de forma gratuita nas áreas de actuação exclusiva e própria" (sic). Quanto a terceiros como se referiu acima, a intenção de a Meteo poder facturar a estas entidades ficou somente explicitada no papel, pois o Governo nunca criou os mecanismos legais que permitissem essa

facturação. No que diz respeito aos 10% sobre a receita da FIR, se a ASA considera-os demasiados para serem transferidos para a Meteorologia como retribuição aos serviços prestados, como deixou claro o Governo no artº 1º do já citado Decreto-lei nº67/94, estas duas entidades devem sentar-se à mesa e negociar, aliás o que deveriam ter feito há já muito tempo ou então durante o período conturbado das greves sucessivas ocorridas e gravosamente cerceadas pelo Governo com requisições civis respectivas.

Já agora é bom que se saiba que a parte técnica do INMG, a sua maior componente, trabalha todos os dias, do ano, sejam 365 dias ou 366, em sistema de turnos total e parcial. Presta um serviço especializado quer a nível da aviação, da marinha, do turismo, das pescas e da agricultura como obviamente, da climatologia, fornecendo dados tratados de décadas de que só ele dispõe. Dados para a construção de portos, aeroportos, aeródromos, para as mais diversas obras de construção civil, designadamente barragens, a nível geral, etc. Por conseguinte, é nesta ordem de ideias que gostaria de chamar a atenção não só das partes envolvidas neste imbróglgio como do público cabo - verdiano em geral, no sentido de cada uma assumir a sua quotas-parte de responsabilidades neste processo e fazer com que o bom senso prevaleça no espírito dos responsáveis para que se sentem à mesa das negociações com vontade de resolverem de vez este grande problema da sustentabilidade financeira de um serviço que é de todos nós e a todos diz respeito. E creiam que este o fulcro das questões que estão na base de quase todos os problemas do INMG. Quanto a problemas de ordem interna, eles não existem só na METEO como se tem procurado veicular por aqui e quem quiser atirar a primeira pedra que o faça.

O Engº Emanuel Soares já dissera que tinha feito a sua parte. Eu também já fiz a minha. Agora compete aos outros fazerem a deles. Que assim seja.

Vila Rª Brava – S. Nicolau, 16 Janeiro de 07
VINÍCULA DOS SANTOS